

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PARÁ | 2008





Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Dirijo-me mais uma vez a esta Egrégia Casa Legislativa, desta feita para prestar contas à sociedade, por meio dos Resultados da Ação de Governo referente ao ano de 2007. Destarte, em cumprimento à determinação legal e em respeito aos mais legítimos interesses da nossa população, encaminho a Mensagem Governamental de 2008 à Assembléia Legislativa, que aduz, dentre outros, as metas realizadas em 2007 e uma perspectiva para 2008.

Os grandes desafios para o nosso Governo foram apresentados no PPA 2008-2011, nos campos econômico, social e ambiental, por intermédio de metas que visam assegurar o círculo virtuoso de crescimento do Estado do Pará, e direcionar as políticas públicas para que sejam distribuídas de forma equânime, entre as regiões do Estado.

Em 2007, primeiro ano deste Governo, as ações realizadas foram relevantes para que os principais objetivos governamentais sejam alcançados, entre os quais devemos desde já referenciar, a estruturação de um Novo Modelo de Desenvolvimento: a universalização de políticas públicas mediante a gestão democrática e participativa.

Para tanto, precisamos agir de forma coordenada e com senso de urgência, por meio da adoção de políticas integradas, de forma a viabilizar mudanças necessárias, a fim de implantar um espírito republicano, delineado em nossos compromissos de governo que, sem dúvida, redirecionará nosso Estado a uma nova trajetória, na busca de um Pará melhor e mais justo.

Assim, para ser capaz de atender a estes objetivos, é que o Governo elaborou estratégias que visam, entre outros, estabelecer o debate permanente e participativo entre o poder público e os vários segmentos da sociedade acerca de suas reais demandas, além de, mediante o Planejamento Territorial Participativo (PTP), inaugurar um novo modelo de relacionamento com a população paraense.

A Gestão Participativa e Democrática relaciona-se com a capacidade de democratizar e universalizar o acesso da população a serviços e políticas públicas (educação, saúde, saneamento, segurança pública, bens culturais e inclusão tecnológica), reduzir as desigualdades entre as macro e microrregiões, fortalecer o planejamento e a gestão participativa, de modo a promover a integração do território estadual e consolidar sua unidade política.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Com o entendimento de que Ciência, Tecnologia e Informação são os pilares para o fomento à inovação possibilitando várias medidas indutoras, nosso governo vem implantando o Novo Modelo de Desenvolvimento que defende uma alternativa de desenvolvimento sustentável, por meio do qual o Pará se credencia a ingressar na nova tendência de desenvolvimento mundial, ou seja, crescer investindo fortemente em recursos tecnológicos; crescer usando com responsabilidade os recursos naturais; crescer investindo em pessoas; crescer gerando emprego e renda; crescer a partir de medidas para o ordenamento do nosso território e, sobretudo, crescer investindo em educação, saúde e segurança.

A inclusão no Novo Modelo de Desenvolvimento de políticas públicas eficientes e eficazes, leva o Estado a uma melhor posição no ranking dos indicadores sócio-econômicos e ambientais que, fundamentalmente, revelem a melhoria da qualidade de vida do povo paraense.

Para atingir os objetivos do Novo Modelo de Desenvolvimento, foi necessário criar, em 2007, algumas forças-tarefas como: instituir a Junta de Orçamento e Finanças; criar novas Secretarias de Estado, a exemplo: Pesca, Trabalho, Desenvolvimento Social, o Instituto de Florestas do Estado do Pará, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, dentre outras.

Nesta lógica, as metas alcançadas em 2007 buscaram balizar ações e políticas que serão monitoradas, doravante, a cada momento. Essas

metas, por serem flexíveis, poderão e deverão ser continuamente revisadas ao longo dos próximos três anos, de forma a adequar a estratégia de ação de Governo à evolução dos acontecimentos e às demandas da sociedade.

Decorrido um ano da nossa administração, é oportuno fazer um balanço, mesmo que seja breve, das ações já realizadas na área da gestão dos recursos públicos nesse período.

Para melhor entendimento, é fundamental mencionar a situação fiscal encontrada por nós ao assumirmos o Governo em 1º de janeiro de 2007. Naquele momento, havia nos cofres públicos estaduais cerca de 158 mil, para uma despesa empenhada, liquidada e não paga do exercício de 2006, da ordem de 174,1 milhões.

Aliado a este fato, a antecipação das Receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de janeiro de 2007, trazendo para dezembro de 2006, num montante de 97,5 milhões, gerou um expressivo desequilíbrio financeiro no Tesouro Estadual.

Essa crise fiscal do Estado torna-se ainda mais evidente, quando se considera que as contas públicas estaduais fecharam 2007 com um déficit primário de 60 milhões, bem como uma deficiência financeira de 53 milhões, frente às metas acordadas no Programa de Ajuste Fiscal (PAF), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que era de um superávit primário da ordem de 110 milhões.

Tal fato, impedia o Governo do Estado de receber recursos de Operações de Crédito, já em andamento, como também, inviabilizava a contratação de novos empréstimos junto ao mercado financeiro. A mobilização técnico-política do Executivo Estadual junto ao Ministério da Fazenda permitiu que o Estado do Pará não fosse penalizado por ter descumprido a principal meta do Programa de Ajuste Fiscal, referente ao não cumprimento do superávit primário acordado.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Embora não seja de bom grado mencionar as restrições com as quais assumi as responsabilidades para governar o nosso Estado, torna-se necessário e oportuno apontá-las, na medida em que venho prestar contas ao nosso povo, o povo que nos elegeu.

Nessa perspectiva, foi importante atuar para alcançar o reequilíbrio das contas públicas, do mesmo modo que implementamos ações para resgatar a credibilidade dos fornecedores, bem como do mercado financeiro.

Assim, o nosso Governo empreendeu esforços em frentes distintas, com a finalidade de restituir e fazer crescer a Receita Pública do Estado. No campo financeiro e fiscal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) alcançou o patamar de 3,6 bilhões em 2007, devido, especificamente, aos esforços da nossa equipe do fisco estadual; a transferência de Recursos da União ao Estado também aduziu, no período, um crescimento real de 8,61%, em relação ao exercício de 2006, alcançando cerca de 3,5 bilhões, sendo que, somente o Fundo de Participação dos Estados, contribuiu com 64,65%.

Além dos recursos próprios e transferidos em 2007, o Tesouro Estadual também conseguiu captar no mercado financeiro, um volume de recursos de Operações de Crédito na ordem de 108 milhões, o que poderia ser muito mais expressivo, uma vez que o Estado possui extensa margem de capacidade de endividamento como de pagamento. Entretanto, devido aos problemas causados pelo déficit primário e deficiência financeira em 2006, e, conseqüente descumprimento do programa de ajuste fiscal, somente foi possível atingir este nível.

Com essas ações, o nosso Governo tem conseguido recompor progressivamente o equilíbrio das Contas Públicas do Estado, dando condições por exemplo, para que o Governo efetuasse o pagamento de três (03) Folhas de Pessoal em apenas trinta (30) dias no mês de dezembro de 2007.

Em 2007, o comprometimento dos gastos com pessoal correspondeu a 54,96% da Receita Corrente Líquida, o que demonstra a responsabilidade do Governo em manter o total desta despesa abaixo do limite prudencial, ou seja, os 57% estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Já no campo do Planejamento e Orçamento, a medida importante adotada foi a forma de elaboração do Plano Plurianual (PPA), que desta vez atendeu ao preceito constitucional da participação popular na construção dos programas de Governo, levando em conta e, sobretudo, dotando o planejamento de indicações demandadas por cada um dos municípios, dentro de uma coerência regional capaz de integrar ao planejamento a totalidade do território estadual. Com isso, elaborou-se um plano de Governo menos impositivo, prevalecendo o consenso entre os atores envolvidos, por meio da realização de plenárias regionais e assembleias municipais do Planejamento Territorial

Participativo (PTP). Esse Governo garante ainda, que a sociedade continuará participando ativamente do processo, no acompanhamento, monitoramento e fiscalização da gestão do PPA e do Orçamento do Estado.

Priorizar os investimentos do Estado e reorientar as despesas públicas foi outra necessidade sentida no início do nosso Governo, o que fez com que implantássemos a Junta Orçamentária e Financeira, com o objetivo de maior coordenação na execução do orçamento em 2007 de forma eficiente e eficaz, buscando-se o equilíbrio necessário entre investimentos e o custeio advindo da implementação dos projetos considerados fundamentais para o desenvolvimento do Estado.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

No campo administrativo e de gestão de pessoas, o nosso Governo valoriza e respeita o servidor público. Em 2007, foi concedido o maior reajuste salarial do servidor público estadual, em níveis até então não praticado nos governos anteriores. O aumento foi de 9,8% para um quantitativo de 128.943 servidores (ativos e inativos). Definimos ainda, que os pagamentos dos salários fossem feitos no próprio mês de exercício, o que representou importante ganho real para os servidores, em função da possibilidade de melhor planejar suas despesas familiares. Como consequência, o resgate da dignidade desses servidores e a motivação para o trabalho foram verdadeiros ganhos da administração pública estadual.

É importante assinalar também, que o Governo disponibilizou vagas nos cursos de pós-graduação, oferecidos pela Escola de Governo, para os servidores estaduais, além dos servidores municipais e dos outros Poderes, o que demonstra um planejamento integrado das políticas públicas, independente das esferas em que as ações estejam acontecendo.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

O resultado de todo esse vigoroso esforço vem se refletindo não só no cumprimento das nossas obrigações, como também na formação de parcerias. Como exemplo, as construídas com o Governo Federal no entendimento mútuo de que o Pará pode ser sub-sede da Copa do Mundo de 2014; na implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará; na implantação do Programa Escola de Portas Abertas; nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); na implantação da 1ª fase do Linhão do Marajó, na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Marajó; na captação de recursos do Programa

Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), direcionado à área de segurança, voltado principalmente, à capacitação de policiais civis e militares; parcerias essas que possibilitarão no seu todo retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento do Estado com maior participação do Governo Federal na região Norte.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados

Da mesma forma, o Estado também trabalhou na consolidação de políticas públicas de grande impacto social e econômico como: implantação do Programa “Bolsa Trabalho”; elaboração do Plano Estadual de Educação; assinatura de convênio com o BID para a execução do programa Pará Rural; lançamento do Programa “Bolsa Escola”; o lançamento oficial do Parque Tecnológico do Guamá em Belém, bem como a assinatura de Convênios para a implantação de Parques de Ciência e Tecnologia nas regiões do Tocantins e Tapajós; a integração digital, por meio do projeto Navega Pará em parceria com a Eletronorte; a realização do Planejamento Territorial Participativo (PTP); recuperação de cerca de 12.000 km de estradas vicinais; atendimento a 40 municípios com o “Asfalto Participativo” e ainda, em parceria com o município de Belém, o repasse de 21 milhões, sendo 3,5 milhões para o Projeto da Vila da Barca e 18 milhões para a pavimentação de ruas em Belém.

Sempre comprometido com a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, nosso Governo procurou efetivar políticas públicas voltadas para a promoção e qualificação profissional específica, sintonizada com a vocação econômica do território. Em 2007, a Região Metropolitana de Belém ganhou a primeira Escola de Trabalho e Produção, dentre as 7 (sete) previstas para implantação em diversos municípios do Estado. Implantada em Icoaraci, a Escola oferece cursos na área de artesanato marajoara e design em cerâmica, com perspectiva de geração de emprego e renda.

O Programa *Água para Todos*, compromisso de abastecer a população com água de boa qualidade e boas condições sanitárias aos municípios paraenses, representa uma transformação na qualidade de vida dos seus habitantes. Em 2007, o Programa executou 60.365 milhões, para ações na área urbana e rural, com intervenções em abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário e destino final dos resíduos sólidos, atendendo 6.847 famílias.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados

Na política da saúde foram aplicados 1,00 bilhões, recursos primordialmente gastos para ampliar, melhorar e desconcentrar os serviços ofertados à população do Estado e, prioritariamente, investidos na ampliação e qualificação da Atenção Básica à Saúde nos municípios paraenses e na implantação dos Hospitais Regionais.

Vale lembrar que os Hospitais Regionais foram encontrados ou em fase de construção, com obras inacabadas, ou, principalmente, necessitando de equipamentos. Deve-se reforçar que o maior custo na implantação de um hospital consiste, justamente, nos equipamentos e na estrutura de manutenção dos mesmos. Como resultado, tivemos o pleno funcionamento dos Hospitais Regionais de Altamira, Marabá e Redenção, com a continuidade das obras dos hospitais de Tailândia e Breves.

A assinatura do Pacto pela Saúde consolidou o compromisso desse Governo com uma nova lógica, tendo como objetivo promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do Sistema Único de Saúde (SUS), o ano de 2007 foi o primeiro de pactuação, envolvendo os componentes de Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão. Nossas ações foram coerentes com a organização da atenção básica e, como resultado concreto, contabilizou-se um aumento de 26% para 30% na cobertura da “Estratégia Saúde da Família” - resultado do esforço empreendido para fortalecer a Atenção Básica à Saúde nos municípios.

A educação é um direito de todos e elemento fundamental na constituição de uma sociedade mais justa, visto ser essencial na criação de condições para o exercício da cidadania. O Governo entende o papel estratégico do ensino na transformação social do Estado e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário. Por isso, adota políticas públicas voltadas a uma visão sistêmica, que privilegia todos os níveis e modalidades, e não apenas o ensino fundamental. Várias são as ações do Governo nessa direção.

Sob a ótica cultural, o ano de 2007 merece ser destacado pelo intenso trabalho de estruturação de políticas culturais sólidas e de longo prazo para o

Estado. A Cultura fortaleceu-se dentro da agenda governamental como um importante pilar do desenvolvimento nacional, da inclusão social, dos direitos da cidadania e da geração de trabalho e renda. O Governo, por intermédio de vários órgãos governamentais, desempenhou papel crucial no crescimento da produção cultural paraense, atuando significativamente para incremento de diversos setores. Pesquisas do IBGE em 2007 sobre Sistema de Informações e Indicadores Culturais demonstram que uma das atividades mais tradicionais - os festivais de manifestação tradicional popular - evidenciam um padrão geográfico diverso. Os festivais de manifestação popular são mais expressivos nas regiões Norte e Nordeste, atingindo 74,8% no estado do Pará.

O setor cultural emprega 5,7% do pessoal ocupado no Brasil e representa 6,2% do total de empresas em funcionamento no território nacional. Constatou-se também, que o rendimento mensal dos trabalhadores do setor cultural é de 5,1 salários mínimos, contra a média geral de 3,3 salários mínimos dos demais setores econômicos, sendo essas as razões primordiais que fundamentam este propósito de investimento cultural no Estado.

Por conta desses fatores, foram incluídos na estrutura orçamentária, programações específicas voltadas para o incremento dos setores produtivos ligados à cultura, tratando assim as atividades culturais, também, como atividades econômicas.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados

É claro que a implementação das Ações de Governo, realizadas em 2007, representam o primeiro passo na busca permanente pela qualidade dos serviços prestados ao povo paraense, marca deste Governo.

O processo, ainda que rico e proveitoso, evidenciou que é possível e necessário obter melhorias. Avaliar regularmente as iniciativas governamentais, como parte de um processo de aperfeiçoamento constante dos instrumentos de gestão e execução das políticas públicas, é mais um compromisso deste Governo.

Com tais propósitos, é que venho a esta Egrégia Casa, para reafirmar com os Senhores Deputados, o compromisso de somar esforços rumo ao aprimoramento da Ação Governamental, no intuito único de exercer um Governo Democrático e Popular, que rapidamente leve a melhoria da qualidade de vida à população paraense, caminhe para crescente inclusão social e tecnológica, conforme a prática de proteção ao meio-ambiente e o uso responsável dos recursos naturais e, por fim, garanta um ambiente econômico de desenvolvimento e prosperidade.

Muito Obrigada.

ANA JULIA CAREPA

Governadora do Estado

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PARÁ **2008**



RELATÓRIO
DE ATIVIDADES 2007
& PERSPECTIVA 2008

SUMÁRIO

POLÍTICAS SÓCIO-CULTURAIS

Educação Básica com Qualidade	13
A Universidade e a Sociedade	17
Cultura, um Bem de Todos	19
O Esporte como Cidadania	27

POLÍTICAS SOCIAIS

Atendimento das Necessidades Humanas Básicas	29
Inserção Sócio-econômica ao Mercado de Trabalho	33
Proteção Especial a Crianças e Adolescentes	36
Saúde para Todas e Todos	39

DEFESA SOCIAL

Segurança Pública para Todos	46
Valorização do Policial Militar e Civil	52
Justiça e Direitos Humanos	55

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

Ciência, Tecnologia e Política Industrial	58
Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial	60
Regularização Fundiária	63
Agropecuária	66
Atividade Pesqueira	66

INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

Caminhos da Parceria	73
Habitação	78
Desenvolvimento Urbano	81
Água para Todos	83
Energia	84

POLÍTICAS DE GESTÃO

Equilíbrio das Finanças Públicas	85
Gastos Públicos	86
Indicadores Fiscais	87
Contribuinte Cidadão	88
Reforma Administrativa	88
Reconstrução do Planejamento	91
Inovação Tecnológica	92
Valorização do Servidor Público	92



POLÍTICAS SÓCIO-CULTURAIS

As ações do Governo do Estado na direção de um Novo Modelo de Desenvolvimento, no que se refere a políticas sócio-culturais, se inscrevem no macro objetivo que preconiza Qualidade de Vida para Todas e Todos.

Nesse contexto, as políticas de Governo priorizam a universalização no atendimento dos serviços públicos, notadamente o acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, para todos os segmentos da população paraense, bem como valorizar a cultura paraense em suas várias manifestações, fomentando sua produção, circulação e intercâmbio, e a revitalização e valorização do patrimônio histórico e artístico do Estado, seja nas dimensões arquitetônicas, arqueológicas ou paisagísticas, ou por meio da preservação de documentos, obras e bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Nas políticas públicas de educação, o Governo propõe a revitalização da escola pública paraense assumindo um grande desafio: a educação pública de qualidade, um compromisso com a educação democrática, participativa e pluralista, que atenda aos anseios dos atores sociais, respeitando questão de territorialidade e diversidade populacional. Uma das metas estabelecidas pela atual administração é a elevação dos índices de desenvolvimento da educação básica dos atuais 2,8 para 3,6 até 2010.

Ainda nesta linha, é fundamental o entendimento de que a Gestão da Política Cultural e de Esporte e Lazer ocorram, prioritariamente, a partir da integração entre as políticas do poder público, bem como pela ação direta e consciente de cada cidadão.

Educação Básica com Qualidade

Especial destaque foi dado ao papel da Educação, com grande relevância à dimensão político-pedagógica, elemento norteador e condutor da implementação das ações, que buscam dentre outros objetivos, garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na escola, o que reflete o

posicionamento desta gestão de Governo frente ao desafio de assegurar a qualidade da educação pública no Pará, por intermédio da promoção de políticas que se traduzam em superação dos déficits escolares.

Para tanto, foi consolidado um processo de ampla mobilização e participação de professores, alunos, gestores, pais e/ou responsáveis, comunidades, movimentos sociais e todos os setores da sociedade civil, comprometidos com a luta pela educação pública de qualidade.

Sob tal enfoque, o Programa *Universalização da Educação Básica com Qualidade*, executado por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), que desenvolveu ao longo de 2007, uma série de ações voltadas, prioritariamente, à melhoria e ampliação da rede física escolar, notadamente a reforma das unidades escolares de ensino médio, com investimentos de 2,63 milhões, atendendo os municípios de Belém e Ananindeua.

Foi viabilizada ainda, a construção de escolas de Ensino Médio, totalizando um investimento na ordem de 1,5 milhão, o que possibilitará a melhoria e a ampliação da rede física escolar com a expansão da oferta de vagas, bem como a reforma de unidades escolares de ensino fundamental, que demandou um montante de recursos de aproximadamente 3,14 milhões, para atendimento de escolas localizadas nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Abaetetuba. Deste modo, ressalte-se, que as melhorias de infra-estrutura, ou seja, escolas reformadas nos Ensino Médio e Fundamental, totalizaram 86 escolas, o que possibilitou a melhoria da infra-estrutura de 152 salas de aula.

A Ação de Capacitação do Ensino Médio, em 2007, por meio da atividade *Pedagogia de Projetos*, tem como objetivo capacitar professores por meio das Oficinas Pedagógicas sobre as Áreas de Conhecimento do Currículo do Ensino Médio, de forma a possibilitar o exercício prático das atividades interdisciplinares.

Neste contexto, a SEDUC viabilizou, por meio do Projeto Alvorada, cursos em diversas áreas como: na área de Códigos, Linguagem e suas Técnicas foram

capacitados 280 professores assim distribuídos entre os municípios: Ananindeua (67), Belém (184), Benevides (03), Igarapé-Açu (01), Marituba (18), Santa Bárbara do Pará(03), Ourilândia do Norte (01), Oeiras do Pará (01), Oriximiná (01) e São Francisco do Pará (01); na área de Ciências da Natureza , Matemática e Suas Tecnologias, foram 169 capacitados nos municípios de Ananindeua (55), Belém(161), Igarapé-Açu (02), Marituba (06), Ourilândia do Norte (01), Oeiras do Pará (01), Oriximiná (01) e São Francisco do Pará (01); na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias totalizaram 131 professores nos municípios de Ananindeua (79), Belém (123), Igarapé-Açu (01), Marituba (04), Ourilândia do Norte (01), Oeiras do Pará (01), Oriximiná (01) e São Francisco do Pará (01); por fim na área de Gestão somaram-se 94 professores capacitados nos municípios de Ananindeua (31), Belém (58), Benevides (01), Marituba (03) e Santa Bárbara do Pará (01).

Ainda com vistas à capacitação de professores do Ensino Médio, foi viabilizado curso em nível de aperfeiçoamento, na área das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, mediante convênio celebrado com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta ação foi desenvolvida em 17 (dezesete) municípios atingindo cerca de 600 professores.

Perfil dos professores por grau de qualificação e quantos foram capacitados —2004/2007

Especificação	Ano				Total
	2004	2005	2006	2007	
Total de Professores Capacitados	22.418	21.078	21.338	21.989	86.823
Capacitação continuada permanente	2.996	3.599	5.058	6.008	17.661

Fonte: SEDUC/SAEN

No que diz respeito ao transporte escolar, foram investidos 10 milhões em 2007, contemplando todos os municípios nas diferentes Regiões de Integração. A participação de parceiros públicos e privados nesta ação, foi fundamental para assegurar maior abrangência na sua implementação.

Para 2008, o esforço do Governo do Estado no combate ao déficit educacional, se consolida por meio do Programa “Educação Pública de Qualidade para Todos”, no qual foram alocados recursos da ordem de 808,5 milhões, montante destinado à universalização da Educação Básica.

Do total de recursos fixados neste Programa, 3,6 milhões são destinados à criação de 719 novas vagas em cursos de formação inicial de professores de Educação Básica. Para a qualificação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino foi destinado 13,4 milhões, com atendimento previsto de 49.900 professores, consolidando desta forma, o processo de elevação do patamar de qualidade do ensino no Estado.

No que tange à modernização do Parque Tecnológico em Belém, foi destinada a quantia de 1,13 milhão, e para a criação de 260 espaços de acesso à leitura e informação, foram alocados recursos da ordem de 510 mil, dos quais 350 mil se destinaram à re-qualificação de bibliotecas nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

Ainda no segmento da Educação, o Programa Escola Espaço de Cidadania para Todos absorverá, em 2008, recursos no valor de 14,5 milhões, que serão aplicados em ações direcionadas à Educação Ambiental, de forma a possibilitar aos alunos e à comunidade, o conhecimento da educação e práticas ambientais, através de procedimentos participativos. Essas ações devem atingir cerca de 10 mil pessoas em 27 municípios paraenses.

Cabe destacar ainda, o projeto Escola de Portas Abertas, de grande relevância para a melhoria das relações entre a escola e a comunidade, no qual será aplicado o montante de 4 milhões.

Foram programadas também, ações voltadas à Educação Profissional, com o objetivo de aumentar as chances de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Para tanto, foram alocados 21,38 milhões, com vistas ao atendimento de aproximadamente 12 mil alunos, com destaque para a Educação no Campo, Casa Escola de Pesca e Casa Pará, esta última com o objetivo de implantar espaços integrados para o desenvolvimento de ações de educação e cidadania, nas diversas Regiões de Integração do Estado.

Em face de ampliar o processo de inclusão digital, indispensável à formação do cidadão e ao desenvolvimento educacional, foi alocado para 2008, 1,1 milhão para a formação digital nas escolas de Ensino Médio, em diversas regiões do Estado, para a aquisição de 1.070 computadores com atendimento de 2.234.446 alunos, de forma a promover o amplo acesso dos alunos da Rede de Ensino Estadual à informática e à Internet.

A Universidade e a Sociedade

A Universidade do Estado do Pará (UEPA), cuja missão é contribuir para o desenvolvimento e modernização do Estado, oferece 17 cursos de graduação, distribuídos nas seguintes unidades: Centro de Ciências Sociais e da Educação, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, todos na capital e, também, nos 14 núcleos no interior do Estado.

Na estratégia de ampliar a oferta de vagas para o Ensino Superior no território estadual, a UEPA, por meio do Programa Universidade Integrada à Sociedade, priorizou como ação programática de Governo, dentre outras, a Ampliação de Campi e Núcleos Universitários, via fortalecimento da infra-estrutura dos espaços acadêmicos, na capital e no interior.

Nesse contexto, no exercício de 2007, foram realizadas obras no Centro de Saúde; do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); reforma e pintura dos blocos do Centro de Ciências Sociais e da Educação (CCSE); obras no Centro de Ciências Sociais e Tecnologia (CCNT), todos em Belém. Do mesmo modo, realizou-se a reforma do Núcleo de Conceição do Araguaia e reforma do ginásio poliesportivo do Campus de Santarém.

Para as obras de recuperação e melhoria da infra-estrutura dos centros e campi, todas em execução, o Governo investiu em 2007, 4,27 milhões, atendendo os municípios de Belém, Conceição do Araguaia e Santarém, contemplando três Regiões de Integração.

Foi viabilizado, também no mesmo período, o início da construção do Campus de Barcarena e do Campus de Castanhal (1ª etapa), avançando a UEPA, no sentido de atingir seu objetivo de universidade para todos. Nesta ação, o Governo do Estado já investiu 1,23 milhão, ressaltando que as obras continuam em andamento.

Para a implementação das ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, o Governo investiu 2,92 milhões, com vistas à manutenção, em caráter continuado, das ações de ensino, pesquisa e extensão, referentes a programas de formação, estágios, serviços e suporte administrativo, dentre outros. Os recursos em pauta foram utilizados ainda, para viabilizar a concessão

de benefícios aos professores, notadamente para aquisição de livros dentro da Ação Educação se faz em Casa.

A UEPA em 2007, consolidou sua reestruturação organizacional, por meio de eleição direta para coordenadores de campi, direção de centros acadêmicos, coordenadores de cursos, chefes de departamento e reitor. Com a participação da comunidade acadêmica, foram reformulados o Regimento e o Estatuto da Universidade.

Também em 2007, realizou concurso público para docentes, na capital e interior do Estado, e atualmente, encontra-se em andamento concurso público para a área administrativa (edital publicado).

No âmbito da gestão acadêmica, a Universidade consolidou em 2007, seus programas de acesso, como o Programa Seletivo (PROSEL) e o Programa de Ingresso Seriado da UEPA (PRISE), com percentual próximo a 38% de aprovação de alunos oriundos das escolas públicas.

No que tange à pesquisa e à pós-graduação, a Universidade tem apoiado e realizado programas de fomento à pesquisa, iniciação científica e realização de fóruns, além da realização de cursos de pós-graduação, tanto na capital como no interior.

A consolidação do processo de democratização no atendimento à sociedade é outro ponto a ser destacado no período. Em 2007, foi fortalecida a rede de incubadoras, com atendimento a micro e pequenas empresas, bem como consolidou os projetos de alfabetização solidária, com atendimento aos municípios.

Cultura, um Bem de Todos

No segmento cultural, as ações implementadas na atual gestão do Governo assumiram caráter mais democrático, do qual a cultura é entendida como força social de interesse coletivo e direito social básico, fundamental para a garantia da cidadania e da inclusão social.

A Conferência Estadual de Cultura, a promoção periódica de fóruns, e as conferências e debates, delinearam efetivamente, a construção de uma política pública de cultura, pautada no respeito às diversidades, na transparência e na participação popular.

Por meio da descentralização das ações culturais, antes concentradas na Região Metropolitana de Belém, iniciou-se em 2007, um processo de democratização do acesso à cultura, abrangendo tanto a população quanto os segmentos artísticos, nas suas diversas linguagens, consubstanciados por meio do fomento e da difusão do patrimônio artístico e cultural do Estado.

Todas as ações têm como mote principal a sensibilização da população, proporcionando um permanente processo de auto-conhecimento, elevação da auto-estima, apropriação e valorização da cultura local.

O rigor na aplicação dos recursos tem permitido uma distribuição mais equânime e a cobertura de um maior número de demandas, concretizadas via programas e projetos por todo o território paraense.

Para o Programa de Fomento à Produção e Difusão Cultural foram alocados em 2007, 6,083 milhões, com o intuito de incentivar a universalização da cultura paraense, oportunizando o acesso da população, tanto da capital como do interior do Estado, às diferentes manifestações culturais e artísticas.

As ações de Governo nesse sentido, se voltaram desde as homenagens pelos 391 anos de Belém até a realização de workshops, oficinas e shows com artistas locais e convidados.

O Governo do Estado promoveu ainda no período, várias exposições no campo das artes plásticas, bem como viabilizou a realização de festivais, a exemplo do Concurso Internacional de Canto da Amazônia Helena Coelho Cardoso, realizado no Theatro da Paz, com premiação total de 66 mil.

O evento em pauta, aberto ao público, teve como objetivo mostrar o potencial e a tradição na música clássica existente no Estado. O júri do concurso foi formado por grandes nomes da música erudita, sendo os participantes oriundos de diversos estados brasileiros, como Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e também de fora do país, como Estados Unidos, tendo grande repercussão no público que lotou o Theatro da Paz. A presença de especialistas em música foi importante para conferir prestígio ao evento, que passou a partir de sua primeira edição, a figurar entre os principais eventos de música lírica do Brasil.

Ainda no contexto dos grandes festivais, foi realizado o Festival Internacional de Ópera da Amazônia. De importância reconhecida nacional e internacionalmente, este festival objetiva promover o desenvolvimento de músicos e cantores líricos formados no Estado, assim como apresentar ao público, de forma subsidiada, produções que marcaram a música mundial, oferecendo ainda, oportunidade de aperfeiçoamento e trabalho para centenas de pessoas, envolvidas na produção do evento, durante os três meses consumidos entre os preparativos e o encerramento do mesmo.

Em 2007, o Festival iniciou uma nova fase, marcada pela inclusão social e consolidada por meio de novas propostas, como a construção de um repertório de óperas, que possa ser não só rerepresentado no Estado, como também levado para outros, num intercâmbio cultural que certamente representará ganhos significativos para a nossa cultura. Para tanto, foi criada a “Central Técnica de Produção”, que passará a gerar empregos na região, em todas as áreas envolvidas na construção do Festival, em cuja realização o governo do Estado investiu mais de 1,7 milhão.

Outra ação de grande repercussão no contexto da Produção e Difusão Cultural no Estado foi a realização da Feira Pan-Amazônica do Livro, evento no qual em 2007, o Governo do Estado investiu em torno de 1,5 milhão. Vale ressaltar, que com a construção do Hangar —Centro de Convenções, a Feira Pan-Amazônica do Livro finalmente se instalou em local à altura de sua

importância, num espaço com 63.200 metros quadrados, dos quais 24 mil de área construída.

A programação da Feira, que é considerada a quarta maior do país, já faz parte do calendário de eventos do Estado, e movimenta não só a capital paraense, mas os diversos municípios que recebem as ações preparatórias durante todo o ano. A Feira é, portanto, não só um evento que procura promover atividades para formação de público leitor e de incentivar a produção literária, mas também incrementa as relações comerciais do mercado editorial latino-americano, num grande acontecimento de cultura, lazer, curiosidades e entretenimento.

Como atividades preparatórias a este grande evento, destacam-se: a “Pan-Amazônica no Município”, que leva escritores ao interior do Estado para debater sobre literatura, com estudantes, professores e a comunidade em geral; o “Sarau da Feira”, realizado no Teatro Gasômetro, localizado no Parque da Residência, cujos convidados especiais proferem palestras sobre a vida e a obra de escritores; o projeto “Pan-Amazônica na Escola”, que tem como objetivo promover oficinas de iniciação literária nas escolas da Região Metropolitana de Belém, e bate-papos com poetas, escritores, dramaturgos, entre outros convidados. Dentro deste projeto, está inserida a “Gincana da Feira”. Durante o ano, estudantes divididos em grupos, pesquisam sobre a vida de escritores, a fim de responder sobre eles em um dia de intensa mobilização e com as torcidas das escolas reunidas na Feira do Livro.

A implementação da orquestra sinfônica do Theatro da Paz foi outra ação, por meio do qual o Governo do Estado procurou consolidar a cultura paraense, ao investir na contratação e permanência dos músicos eruditos em Belém, possibilitando que a referida Orquestra, com 10 anos completados em 2007, tenha uma formação mais consistente.

Neste contexto, os resultados visíveis desta ação já são evidentes, tais como: oportunizar a criação de espaços de trabalho e difusão dos saberes para os integrantes da Orquestra; promover o intercâmbio entre os grupos do Estado e de fora dele, com estímulo à criação de uma nova platéia e o incentivo a jovens talentos; promover a integração entre músicos locais, nacionais e internacionais; difundir a música erudita na região (o que já vem sendo feito com o Festival Internacional de Ópera e o Concurso Internacional de Canto).

O trabalho da Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz (OSTP) é essencial, também, para desenvolver o setor musical, gerando ocupação e renda e para divulgar a produção musical desenvolvida da Região Norte. Para esta ação foi aplicado, em 2007, cerca de R\$ 1,3 milhão, notadamente na formação e intercâmbio de músicos eruditos.

EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SEDIADOS - 2007

Evento de Produção Cultural	Público/nº de pessoas
Feira Pan-Amazônica no Município	11.000
Feira Pan-Amazônica na Escola	3.500
Sarau da Feira	2.500
Feira Pan-Amazônica do Livro	339.071
Festival Internacional de Ópera da Amazônia	15.000
Concurso Internacional de Canto da Amazônia Helena Coelho Cardoso.	10.000

Fonte: SECULT

A produção de edições culturais, por meio da publicação de livros e gravações de CDs e DVDs, foi outra preocupação do Governo no âmbito cultural. Para tanto, o Governo investiu, aproximadamente, R\$ 573 mil na publicação de livros e outras mídias, com vistas a consolidar o resgate de grandes autores paraenses.

A Revitalização e Preservação da Memória e Identidade Cultural do Estado se constituíram, também, em prioridade desta atual gestão, no âmbito das políticas sócio-culturais. Sob tal enfoque, a requalificação e reabilitação do patrimônio histórico de interesse à preservação, emergem como especial interesse na ação de Governo, onde foram investidos recursos da ordem de 3 milhões, no ano de 2007.

Merece destaque a restauração e reforma do Museu do Estado do Pará (MEP), ação de preservação do patrimônio arquitetônico, que absorveu recursos da ordem de 1,45 milhão. Também foi investido cerca de 1,53 milhão para a renovação da cobertura e consolidação e, estabilização da estrutura da Catedral Metropolitana de Belém, etapas do projeto de restauração e reforma desse templo histórico.

Ainda no que se refere à questão do patrimônio histórico e cultural, foram realizadas oficinas de educação patrimonial em 09 municípios do Estado, atendendo mais de 1.000 pessoas. Foi executado o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado, em vários municípios do interior e na capital, envolvendo

todas as fundações culturais e o Instituto de Artes do Pará (IAP).

Com vistas a consolidar o processo de democratização do acesso à cultura, foi intensificada em 2007, o agendamento de público aos museus, dentre os quais os Museus de Arte Sacra e do Forte do Presépio, Museu do Círio, Museu de Gemas, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas e Museu do Estado do Pará, com atendimento para aproximadamente 141.181 pessoas nos espaços museológicos, sendo 122.366 não agendadas e 18.815 agendadas.

Para 2008, na área do Patrimônio Cultural, o Governo programou investimentos no montante de R\$26,57 milhões, para ações de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado, integrantes do Programa *Preservação da Memória e Identidade e Diversidade Cultural do Estado*.

Destacam-se ainda nessa área, a reabilitação e requalificação do patrimônio histórico do Estado, para as quais foram destinados recursos da ordem de 19 milhões, aplicados na recuperação de imóveis tombados e não tombados, como a Casa de Cultura José Veríssimo, em Óbidos; Casa Museu Dalcídio Jurandir, em Cachoeira do Ararí; Forte de Óbidos; Museu do Índio, em Santarém; além da Catedral da Sé, Museu da Imagem e do Som, Arquivo Público e a Casa do Poeta Tavernard, todos em Belém.

Os inventários culturais nas áreas literárias, livros e bibliotecas é outro eixo de atuação, visto que fortalece a identidade cultural do Estado e da Região. Neste sentido, foram executados os mapeamentos das bibliotecas e espaços de promoção de leitura, bem como a reestruturação nos setores de obras raras e microfilmagem com a inserção do acervo na rede de memória virtual brasileira.

Outras ações foram desenvolvidas como: a realização do calendário de festividades tradicionais paraenses; os programas de interação com os grupos folclóricos; a disseminação da cultura como ferramenta da educação; e a criação de prêmios de incentivo à produção cultural. Especial atenção foi dada ao intercâmbio da cultura paraense, em nível regional, nacional e internacional.

Ainda na área Cultural e dentro da educação não formal o Programa Inclusão Social pela Educação teve como principal avanço, em 2007, o esforço

empreendido no sentido de aprimorar a execução de suas ações, a partir dos pressupostos estratégicos assinalados pela nova administração do Governo do Estado, o que já apresenta resultados.

A realização de cursos e oficinas de iniciação em arte e ofício, em várias linguagens artísticas, atingiu 12.711 pessoas, sendo que em Belém foram capacitadas 7.898 pessoas e em 83 municípios do interior do Estado foram 4.813 pessoas. Além de eventos complementares às ações das oficinas, em vasta programação cultural com alcance de 20.740 pessoas, envolvendo recursos de mais de 1,0 milhão.

Traduzindo essa preocupação de desempenho mais abrangente no Estado, a interiorização dessas ações ocorreu tanto nas sedes municipais, como em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, atingindo 59% do território estadual.

A formação de agentes multiplicadores de arte e ofício foi outra atividade fundamental desenvolvida pela Fundação Curro Velho (FCV), de suporte à sistemática das oficinas, mediante ciclo permanente de formação, que reúne pessoas de Belém e de municípios do interior do Estado, para treinamento e reciclagem em técnicas, conteúdos, reutilização de materiais e metodologias, capacitando cerca de 300 instrutores, responsáveis pela realização das oficinas.

No exercício de 2007, também, foram realizadas duas oficinas e capacitação e qualificação para a utilização de diversas linguagens artísticas. Dessa forma, 291 servidores e artistas receberam treinamento específico.

O Esporte como Cidadania

A fim de que as mudanças preconizadas por este Governo sejam efetivadas, torna-se necessário que as políticas públicas de esporte e lazer estejam articuladas com as políticas de Governo.

Nesse contexto, as atividades de esporte e lazer apontaram em 2007, para a promoção de educação e cidadania, que envolveu as comunidades, prioritariamente as crianças, jovens e idosos, via projetos Papo Cabeça, NAVEGAR e Vida Ativa. Merece destaque também, a concessão de Bolsa Talento, que tem como objetivo subsidiar as atividades de 120 atletas de rendimento, os quais foram aplicados recursos da ordem de 1,2 milhão.

O projeto Papo Cabeça se volta ao atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos, com atividades variadas, entre elas a realização de acampamento escolar, todos em Belém. Já as ações do Projeto NAVEGAR foram desenvolvidas em 06 municípios do Estado (Salinópolis, Soure, São José Porfírio, São Domingos do Capim, Santarém e Tucuruí), por meio de atividades náuticas, como vela, remo e canoagem, além da realização de cursos de capacitação e palestras educativas. Por fim, no Projeto Vida Ativa, foram implementadas atividades físicas de lazer e cultura, no intuito de valorizar a pessoa idosa.

ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER - 2007

Projetos de Esporte e Lazer	Pessoa Beneficiada (Qtd)	Município
Papo Cabeça	1.500	Belém e Ananindeua
NAVEGAR	1.400	Salinópolis, Soure, Senador José Porfírio, São Domingos do Capim, Santarém e Tucuruí
Vida Ativa	4.000	Belém, Soure, Ananindeua, Santa Bárbara, Marituba e Capanema
Bolsa Talento	120	Belém
PARAOLIMPICO	100	Belém

Fonte: SEEL

POLÍTICAS SOCIAIS

O Estado do Pará inaugura, a partir de 2007, uma nova era no campo das políticas sociais, fortalecidas pela opção de um governo democrático e popular.

Na execução das políticas voltadas para Assistência, Saúde e Trabalho foram aplicados em 2007, 1.276,8 milhões, representando um acréscimo de 70,3 milhões, quando comparado com o montante previsto na Lei Orçamentária Anual. Do total aplicado, 86% foi direcionado às ações e serviços públicos de saúde, resultado da vinculação constitucional que estabelece que para a execução dessa política o Governo Estadual deve aplicar, no mínimo, 12% das receitas resultantes de impostos na Saúde Pública.

Atendimento das Necessidades Humanas Básicas

A Política Nacional de Assistência Social construída no Governo Lula sustenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e institui procedimentos técnicos e políticos para reorganizar e/ou implantar a prestação de serviços sócio-assistenciais, além de novas processualidades para a gestão e o financiamento da Assistência Social, que é um desafio para o atendimento das necessidades humanas básicas, enfrentando assim, as enormes contradições advindas dos processos de pauperização, desigualdade, super exploração e violências a que são submetidos famílias, indivíduos e grupos populacionais no Brasil e, em especial, na Amazônia e no Estado do Pará.

Instituir novos significados para a ação de políticas sociais traz à tona a forma de fazer política. Os atores que estão no cenário de execução têm a responsabilidade de possibilitar a materialidade do direito a ter direitos, materializados por uma rede de serviços que caracteriza a ultrapassagem de ações pontuais para a construção do conceito de rede.

No campo da Assistência, portanto, o grande desafio em 2007 foi a implantação no Estado do SUAS, que vem consolidar a Assistência Social como Política Pública, buscando suplantando política e tecnicamente, práticas descompromissadas e otimizar a organização das ações desenvolvidas.

Tendo em vista esse grande desafio, o Governo Ana Júlia buscou, na implantação dessa política, fomentar um intenso debate, estabelecendo formas de garantir a qualidade dos serviços e, como consequência, iniciou uma reforma

administrativa, extinguindo a Secretaria de Trabalho e Promoção Social (SETEPS) e criando as Secretarias Estaduais de Trabalho e Renda (SETER) e de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDES), como forma de organizar as ações e dar visibilidade política, indo ao encontro do que preceitua a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que entende que a visão social é aquela “capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”. Portanto, implantar o SUAS significou dar voz e vez à população, garantindo o direito à proteção social e à seguridade, aliado ao desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido, coube ao Estado articular a elaboração dos planos estaduais, garantindo direitos e para isso, promoveu um intenso debate com a população buscando avançar, definitivamente, na política de direitos sociais, sem tutela e sem apadrinhamento. A linha estabelecida foi a de criar condições para a municipalização dos serviços à população, com o financiamento do Estado, a quem coube acompanhar e monitorar a implantação e implementação, proporcionando um amplo conhecimento da legislação vigente, para que os direitos fossem garantidos.

Assim, na implementação das ações voltadas à Assistência Social foram aplicados em 2007 pelo Governo do Estado, 93,8 milhões. Desse total, 25,1 milhões foram canalizados para investimentos.

No âmbito dessa política, que busca garantir aos cidadãos, especialmente aos dos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional e aos programas de transferência de renda, o Governo buscou afiançar suporte aos municípios do Estado para estruturação e implementação, dentre outros, do Programa Bolsa Família, lançando-o em Belém, Marabá e Santarém; na gestão do Cadastro Único de Beneficiários dos programas de Assistência Social do Governo Federal e no assessoramento, monitoramento e revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No sentido de asseverar os benefícios concedidos aos portadores do Mal de Hansen, foi realizado o recadastramento dos beneficiários e ainda, viabilizado a emissão de 25.000 documentos civis, atingindo 24 Municípios, atendendo a famílias pobres e extremamente pobres, com prioridade àquelas das

comunidades tradicionais.

Além dessas ações, este Governo buscou, na implementação da proteção social básica, fortalecer a rede sócio-assistencial por meio do monitoramento dos municípios contemplados com a expansão dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); capacitação de técnicos e gestores dos municípios com CRAS implantados e, por fim, monitorar as gestões municipais, visando mensurar os resultados dos programas, projetos e ações implementadas. Na Ilha do Marajó está sendo desenvolvida a primeira experiência a nível nacional de Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), por meio de consórcio municipal.

Na proteção social especial de média e alta complexidade foram realizados diagnósticos de situação de violação de direitos em 14 municípios do Marajó; avaliação e monitoramento da gestão dos Conselhos Tutelares e de Direitos; o monitoramento e avaliação do Programa Conquistando a Vida; apoio técnico as conferências estaduais e municipais dos direitos da mulher, criança e do adolescente, dos direitos humanos, da assistência social e de segurança alimentar; aparelhamento de abrigos de proteção à mulher em situação de violência e dos idosos; e elaborado o Plano Estadual de Atenção à Pessoa Idosa.

No campo da segurança alimentar e nutricional, os esforços foram no sentido de constituir e consolidar a base para o desenvolvimento de ações nesse campo e para tal, o Estado procurou apoiar a realização de 80 conferências municipais de segurança alimentar e nutricional; realizou a 2º Conferência Estadual em Belém; apoiou a constituição de conselhos municipais de segurança alimentar; capacitou multiplicadores; realizou levantamento da (in) segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas com a elaboração de projetos para captação de recursos para inclusão produtiva nessas comunidades e apoiou a realização de audiências públicas.

Inserção Sócioeconômica ao Mercado de Trabalho

Compromisso de campanha e marca de governo, o Programa Bolsa Trabalho constituiu-se o carro-chefe da política de trabalho no ano de 2007. Criado com o objetivo de qualificar os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda que não exerçam atividade remunerada, ou que estejam desempregados para inserção sócio-econômica ao mercado de trabalho, seu balanço contabiliza a implantação em 25 municípios do Estado. Apesar de ter sido criado em setembro de 2007, foram atendidos com bolsas 22.450 jovens, atingindo-se 93% da meta prevista, estando em fase de qualificação profissional 20.000 bolsistas.

Além da qualificação via Programa Bolsa Trabalho foram executadas 1.655 qualificações pelo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANTEQ) do Governo Federal, além de 4.821 pessoas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza (FICOP).

De forma a articular a capacitação profissional na perspectiva da geração de renda, o Governo firmou convênios com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para formação de empreendimentos coletivos, tendo sido definidos 50 empreendimentos nos Municípios de Belém, Marabá e Santarém, com cada empreendimento contemplando 40 bolsistas, atingindo-se 2.000 bolsistas.

No campo da intermediação da mão-de-obra foi dado suporte a 40 municípios do Estado, no qual se encontram postos da Casa do Trabalhador e os Balcões de Emprego, informatizando e preparando as equipes para atuação na intermediação, já contabilizando um incremento de 16,44% na inserção de mão-de-obra, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Na infraestrutura foram investidos recursos na recuperação/conservação das Casas do Trabalhador de Belém, Ananindeua, Breves, Altamira, Marabá, Vila dos Cabanos, Abaetetuba e Parauapebas. Foram instalados os Balcões de Emprego de Belterra, Juruti, Jacundá, Tucumã, Concórdia do Pará e Capanema, e já se encontram instaladas 70 Comissões Municipais de Emprego.

Tendo em vista dar tempestividade e celeridade ao processo de alocação de mão-de-obra no mercado de trabalho, o Governo tem investido na criação de mecanismos com esse fim, tais como: interligação em rede dos postos da Casa do Trabalhador; instalação de Agência Virtual, quando será disponibilizado por

site, o cadastramento de empresas, trabalhadores e consultas de vagas; e a implantação do projeto Call Center, ativo e receptivo, para garantir maior eficácia na captação de vagas e na aproximação do trabalhador do mercado de trabalho.

Proteção Especial a Crianças e Adolescentes

Uma das vertentes da política de Assistência Social que o Governo buscou resgatar e para isso não mediu esforços foi garantir a atenção integral e integrada à criança e ao adolescente sob proteção especial. Nesse sentido foram aplicados em 2007, 36,5 milhões, dos quais 14,6 milhões foram destinados as ações de atendimento direto aos beneficiários.

Com o fim de criar condições objetivas para um atendimento de excelência nessa área, inúmeras ações foram implementadas em 2007, como: a revitalização dos espaços físicos; ampliação e reforma das unidades operacionais; aquisição de nova frota de veículos; implementação de controle dos gastos com serviços de utilidade pública e, principalmente, foi direcionado recurso para a qualificação dos servidores voltados ao atendimento sócio-educativo, beneficiando os municípios de Belém, Santarém e Marabá, atingindo-se a meta de 680 pessoas envolvidas no processo de formação, que contou com a colaboração de diversos parceiros, como a UFPA, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Serviço Social da Indústria (SESI) e Universidade da Amazônia (UNAMA).

Especificamente no desenvolvimento do Programa “Proteção Solidária”, foram aplicados recursos da ordem de 14,3 milhões, que viabilizaram o desenvolvimento de uma série de ações voltadas a crianças e adolescentes e seus familiares. No atendimento direcionado a adolescentes em conflito com a lei, foi oportunizado o atendimento a 4.925 adolescentes, garantindo atendimento sócio-educativo de caráter permanente, potencializando 15 (quinze) unidades de atendimento na custódia provisória, medida de internação, semi-liberdade e meio aberto, na Região Metropolitana de Belém, em Marabá e Santarém. Os parâmetros dessa atuação contemplaram os eixos de educação, profissionalização, trabalho e previdência, segurança, esporte, cultura e lazer, assistência à religiosidade, saúde, abordagem familiar e comunitária, suporte institucional e pedagógico.

No atendimento e apadrinhamento solidário foram beneficiadas 243 crianças e adolescentes, com o desenvolvimento de ações nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, profissionalização, documentação civil e militar, assistência religiosa e etc. Esse atendimento individual e familiar envolve visitas domiciliares, articulação e encaminhamento

para a rede de saúde, encaminhamento e engajamento das famílias nos programas de redistribuição de renda e outros serviços. Como resultado concreto foram contabilizados 149 padrinhos solidários e 202 crianças abrigadas que retornaram ao convívio de sua família.

Dentro do contexto do atendimento via medidas protetivas, o Governo do Estado, por meio de convênio com o “Instituto Pobres Servos da Divina Providência”, viabilizou o atendimento, em abrigo, de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, configurando-se como uma ação de governo de caráter permanente que consumiu recursos da ordem de 2,1 milhões, além de envolver inúmeros parceiros na esfera pública e privada, potencializando as ações desenvolvidas.

No que concerne às ações de educação e capacitação pelo trabalho, foi viabilizada a inserção de 456 adolescentes em cursos profissionalizantes, ação esta que abrangeu uma série de atividades, dentre elas: a criação de um banco de talentos; atendimento individual e grupal com os adolescentes e famílias; visitas domiciliares; acompanhamento técnico e sistemático dos adolescentes inseridos nos cursos profissionalizantes, nas empresas e instituições públicas; visita técnica as escolas da rede oficial de ensino onde os adolescentes estão matriculados; oficinas de cidadania e mundo do trabalho, de relações interpessoais, de projeto de vida, de qualidade no atendimento ao público e de ética; palestras de empreendedorismo e marketing pessoal, de relacionamento familiar e seus valores; realização de testes psicológicos e pedagógicos; processo de seleção para inserção nas empresas públicas e privadas e, finalmente, articulação e encaminhamento dos adolescentes para os cursos profissionalizantes. No desenvolvimento desta atividade foi fundamental o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos estaduais e empresas privadas que concretizaram a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Com um nível de abrangência que extrapolou o Município de Belém, atingindo Tucumã, São Felix do Xingu, Senador José Porfírio, Medicilândia, Xinguará, Itupiranga, Soure, Salvaterra, Muaná, Ponta de Pedras, Porto de Moz, Gurupá e Nova Esperança do Piriá, a ação de implementação da Escola da Família beneficiou 372 famílias que foram assistidas com ações integradas.

Na linha do atendimento sob o regime de proteção especial, merece destaque o apoio aos egressos de medidas sócio-educativas, que por meio de

convênio com a Associação PRÓ-VIDA possibilitou o atendimento de 73 adolescentes.

Oportunizando melhor atendimento nas unidades foram realizadas reformas e adaptações, obras essas realizadas no Centro de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (CLAPSC) de Belém; nas unidades de internação Centro Juvenil Masculino (CJM) e Centro Sócio-Educativo do Baixo Amazonas (CESEBA); no Núcleo de Esporte Cultura e Lazer e nas unidades Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM) Sideral e de Val-de-Cans. Na unidade de internação Espaço Recomeço (EREC) foram realizadas reformas e adaptação da enfermaria e a implantação do consultório odontológico. Os investimentos envolveram recursos da ordem de 4 milhões.

Saúde para Todas e Todos

Na política da saúde foram aplicados 1,099 bilhões, recursos primordialmente gastos para ampliar, melhorar e desconcentrar os serviços ofertados à população do Estado e, prioritariamente, investidos na ampliação e qualificação da Atenção Básica à Saúde nos municípios paraenses e na implantação dos Hospitais Regionais.

Atenção Básica e Hospitais Regionais

Os Hospitais Regionais precisaram de um investimento de alto porte, ou pela necessidade de finalização das obras ou pela inexistência de equipamentos para que fossem finalmente implementados e disponibilizados à população. Após todo este aporte alocado pelo Governo do Estado, hoje, tem-se em pleno funcionamento os Hospitais Regionais de Altamira, Marabá e Redenção; e frugalmente os hospitais de Tailândia e Breves.

Dentro da lógica de construir a gestão democrática e participativa, destaca-se a realização da VIII Conferência Estadual de Saúde; a aprovação da Programação Pactuada Integrada (PPI) da Assistência à Saúde, do qual o Pará foi escolhido pelo Ministério da Saúde como piloto para a definição de novos parâmetros de cobertura e organização dos serviços de saúde; repasses da farmácia básica para os municípios de acordo com os itens de maior demanda pactuados e aprovação da distribuição de recursos da Portaria de Compensação de Especificidades Regionais aos nossos municípios (sete milhões de reais distribuídos para 54 municípios).

Por ser uma área estratégica, tanto do ponto de vista do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado, quanto como apoio à resolução dos problemas de saúde do Estado, foi aumentado o investimento na área de Pesquisa para Saúde em 500%, evoluindo de 400 mil em 2006 para 2 milhões em 2007.

Vale destacar a elevada cobertura dos procedimentos ambulatoriais, sendo que frente à quantidade apresentada de procedimentos, obtiveram-se coeficientes superiores a 95% na maior parte dos principais procedimentos. Os procedimentos vinculados à implantação dos Hospitais de Alta Complexidade (HAC) romperam a barreira dos 80%, o que demonstra o efetivo funcionamento destes bens públicos. A elevação da cobertura da atenção básica reflete-se na expansão do atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde, plenamente coadunado com a estratégia do Governo Federal de Saúde da Família.

PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS (jan/nov-2007)

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE APROVADA (A)	QUANTIDADE APRESENTADA (B)	COEFICIENTE (A/B)
Administração de Medicamento/paciente	9.820.055	9.862.721	99,5
Atividade Executada p/Agente Comunitário de saúde	10.951.957	10.970.836	99,8
Consultas/atendimento Clínicas Básicas	2.169.574	2.186.216	99,2
Consultas em Clínica Médica	2.278.836	2.314.208	98,4
Consulta médico domiciliar	192.753	195.16	98,4
Primeira Consulta Odontológica Programática	931.452	933.256	99,7
Consulta Alta Complexidade	850.216	987.211	86,1
Exames (em geral)	12.672.699	14.200.190	85,7

Fonte: DATASUS (2007)

Quanto ao Hospital Regional de Santarém, inaugurado no segundo semestre de 2007, já está realizando internações na UTI Adulto, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Serviços de Diagnóstico por Imagem (Ultrassonografia, Raio-X, Tomografia, Densitometria Óssea, Mamografia, Ressonância Magnética e Endoscopia), Métodos Gráficos (Holter, Teste Ergométrico, Ecocardiograma, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Audiometria/Fonoaudiologia), Consultas Especializadas (Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Endocrinologia, Urologia, Fisioterapia, Dermatologia, Nutrologia, Ortopedia), Análises Clínicas (Imunologia, Bioquímica, Hematologia, Microbiologia, Parasitologia, Urinálise, Hormônios) e Farmácia Hospitalar.

No primeiro trimestre de 2008 será dado início as atividades de Hemodiálise, abertura da Unidade Materno-infantil, como referência de Alto Risco e as atividades de Oncologia, que já estão com autorização para funcionamento tramitando junto ao Ministério da Saúde (MS).

Leitos Por Habitantes – 2005/2007

Leitos	2005	2006	2007
Número de Leitos	13.579	15.151	15.585
Leitos /Mil Hab.	1,95	2,13	2,20

Fonte: Ministério da Saúde/DATA/SUS
Elaboração: SEPOF/DIEPE

Foram investidos também, recursos na expansão da oferta e na melhoria dos serviços dos hospitais estaduais sediados em Belém, como a Santa Casa, Ophir Loyola e Gaspar Vianna, referência que são

dentro de suas especialidades e como unidades que desenvolvem programas prioritários voltados ao atendimento de clientela definidas, tais como: mulheres vítimas de violência/aborto legal; mulheres portadoras de neoplasia trofoblástica gestacional; crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual; vítimas de escarpelamento e ainda, atendimento de casos de anomalia da diferenciação sexual, de controle da obesidade infantil e de recuperação nutricional. A busca foi pela implantação e implementação de ações visando todas as dimensões da saúde e não apenas o diagnóstico e o tratamento das doenças.

De forma complementar e integrada a esse esforço de ampliar e melhorar o acesso à saúde, foram canalizados recursos para a gestão e controle dessa política, aplicando-se: na formação de gestores sociais; no apoio à implantação de conselhos regionais, estaduais e na realização das Conferências Municipais de Saúde. E no sentido de qualificar a execução dessa política, mais de 18.600 pessoas foram envolvidas em ações de desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho, com o pleno funcionamento da Escola Técnica do SUS (ETSUS).

Na política de sangue foi buscada, permanentemente, a gestão participativa, em busca do fortalecimento da gestão do HEMOPA, com o fim de ofertar produtos e serviços de qualidade para clientes/usuários. E nessa linha, foi fundamental a adesão ao Programa de Qualidade para o aprimoramento/refinamento dos processos de trabalho, inclusive corroborando como âncora estadual do GESPÚBLICA, Programa de Qualidade do Governo Federal e ainda, o prosseguimento da meta de acreditação, junto à Organização Nacional de Acreditação (ONA), de todas as unidades que compõem a hemorrede pública estadual, no sentido de garantir segurança e qualidade dos produtos e serviços em conformidade com as normas técnicas da legislação vigente para bancos de sangue.

Como avanço significativo, em 2007, registre-se o estabelecimento de canais de encaminhamento, nos 143 municípios do Estado, para atendimento de portadores de doenças hematológicas, possibilitado pelo fortalecimento da gestão integrada e uma efetiva articulação com a gestão municipal.

Rios de Saúde

Foram realizadas também, ações integradas como “Rios de Saúde” com o desenvolvimento de ações de Saúde, Cidadania e de Assistência Social, no arquipélago do Marajó e no Oeste do Estado, com consultas de enfermagem;

clínica médica; pediátrica; ginecologia e obstetrícia; oftalmologia; odontologia básica e especializada; fornecimento de medicamentos da atenção básica; curativos e pequenas cirurgias. Relacionadas à cidadania, as ações consistiram na emissão de carteira profissional e carteira de identidade.

Em relação as ações de Assistência Social foram promovidas reuniões com as comunidades e Secretarias Municipais de Saúde, para a criação de Comitês Municipais de Prevenção ao Escalpelamento. Foram realizadas ainda, ações de vigilância em saúde, promovendo-se reuniões com as vigilâncias dos municípios e batedores de açai, com distribuição de material (camisetas e folders), no sentido da adoção de Boas Práticas de Manuseio do Açai. Já estão programadas ações para 2008 nas regiões ribeirinhas mais carentes do Estado.

Das ações em parceria em 2007, destaca-se a realização do Plano Estadual de Intensificação das Ações de Controle da Doença de Chagas, já aprovada pelo Ministério da Saúde, com o trabalho conjunto da SEGOV, SESP, FCSMPA, SAGRI, ADEPARA, EMATER, Ministério Público, EMBRAPA, Instituto Evandro Chagas, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), dentre outros.

Por último, deve-se ressaltar que uma das conquistas dessa gestão foi incluir no Plano Plurianual 2008-2011, demandas de saúde pública apresentadas pela própria população no âmbito do Planejamento Territorial Participativo (PTP).

DEFESA SOCIAL

As principais Políticas Públicas voltadas para a Defesa Social - Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos —constituem-se num grande desafio para o Governo. Este deve implementar ações eficazes no cumprimento de suas missões institucionais para o atendimento da sociedade, tais como: prevenção do crime e da violência; melhoria da segurança pública; combate as desigualdades sociais e garantia dos direitos humanos institucionais, entre outros.

Inúmeros são os atores envolvidos com o intuito de executar efetivamente as ações que ratifiquem o objetivo dessas políticas, que se propõem a atuar de forma articulada e integrada, no sentido de formar uma força-tarefa capaz de atingir ao fim proposto. Entre os atores destacam-se os órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP); os órgãos de Justiça e Direitos Humanos; os vários Conselhos constituídos; os órgãos federais de segurança e justiça e outros.

Segurança Pública para Todos

Na área de Segurança Pública, o Governo do Estado adotou como matriz fundamental a concepção de "Segurança Cidadã", que visa à reorganização da segurança, respondendo as demandas da sociedade, respeitando o cumprimento dos preceitos constitucionais. O modelo se edifica na cidadania e na dignidade, tendo como base os direitos humanos para humanização dos que fazem a segurança pública, de forma que estes direitos sejam estendidos a todos os cidadãos deste Estado.

O Governo do Estado, como forma de garantir essas mudanças nas Políticas Públicas de Segurança em 2007, reestruturou o Sistema de Segurança Pública, com ênfase em um modelo de segurança comunitária, restabelecendo o papel da Ouvidoria do Sistema; fortalecendo as Corregedorias de Polícias, o Conselho de Segurança e as atividades investigativas, bem como as ações preventivas e repressivas realizadas pelas Polícias Civil e Militar.

Neste sentido, foi implantada a modalidade de policiamento especializado: Ronda Tática Metropolitana (ROTAM); Ronda com Apoio de Moto (ROCAM) e Ronda Tática Rodoviária (ROTAR) que contribuíram em conjunto, com as ações dos demais órgãos de segurança, na articulação e integração de ações que

buscam reduzir os índices de violência na Região Metropolitana de Belém e de outras regiões do Estado.

Outro grande avanço se refere à criação e implantação do - boletim de ocorrência policial militar (BOPM), atendendo antiga solicitação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), fundamental na produção de dados essenciais à avaliação, aprimoramento e transparência dessas ações.

Implantou-se também, Delegacia Especializada em Conflitos Agrários com sede no Município de Marabá, integrada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), Polícia Federal (PF) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), com objetivo de dirimir os conflitos existentes naquela região, onde foram executadas em 2007, 28 operações, coibindo os crimes ambientais e instaurados 619 procedimentos de Polícia Judiciária Ambiental, com a atuação conjunta das Polícias Civil e Militar. Os conflitos foram mediados sem o uso da força policial nas Fazendas Ouro Verde e Bandeirantes, e nos Assentamentos Paulo Fonteles, Turmalinda e Vale do Rio Doce (Parauapebas).

Na expansão e melhoria da rede física foram concluídas a Seccional do Comércio e a Delegacia de Polícia do Distrito de Outeiro, e em andamento, a construção de 06 unidades, sendo: 02 seccionais urbanas em Castanhal e Xinguara e 04 Unidades Integradas nos municípios de Nova Ipixuna, Pacajá, São Sebastião da Boa Vista e Tailândia, e a reforma e adaptação de unidades de Delegacias de Polícia em Anajás, Breves, Moju, Marapanim e Peixe-Boi, totalizando o montante de 1,4 milhão.

Foram firmadas ainda, importantes parcerias entre o Governo Federal e o Governo do Estado, ao longo de 2007, com a captação de recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), Programas com Investimentos na integração de Políticas de Segurança Pública e Políticas Sociais para o enfrentamento da criminalidade, por meio de ações de prevenção, controle e repressão da violência.

Ainda, reforçando a idéia de consolidar o sistema de segurança, foram concluídas a reforma e adaptação do prédio do Departamento de Trânsito (DETRAN) Antônio Barreto e do prédio-sede na Augusto Montenegro; das

Agências nos municípios de Marabá, Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás; da Unidade Regional do Centro de Perícias Científicas (CPC) “Renato Chaves” de Marabá; dos Grupamentos de Incêndio no bairro da Cremação, na Ilha do Mosqueiro e em Salinópolis; dos quartéis do Corpo de Bombeiros de Bragança, Altamira e Redenção; do Destacamento da Polícia Militar (PM) na Ilha de Cotijuba e na Praia de Marudá; das Companhias da Polícia Militar (PM) em Mosqueiro.

Outras ações na área de segurança pública merecem destaque: a expansão do Controle Interno, por meio da implantação de 5 (cinco) Corregedorias, em Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Paragominas; o fortalecimento do Centro Estratégico Integrado (CEI), com a interiorização do Núcleo de Inteligência Policial nos Municípios de Marabá e Santarém, e em andamento a instalação nos municípios de Redenção e Tucuruí; fortalecimento do Centro Integrado de Operações (CIOp) da Região Metropolitana de Belém, e de Marabá, de Santarém e Castanhal; o recebimento e encaminhamento de mais de 6.600 denúncias, por meio do “Disque Denúncia”; a implantação de 08 Comandos Operacionais Intermediários (COINT); a implantação das Agências de Atendimento do DETRAN nos municípios de Igarapé-Açu, Salinópolis, Goianésia do Pará, Ipixuna, Medicilândia, Moju, Tucumã e Mocajuba; a reabertura e funcionamento do CPC “Renato Chaves” no município de Bragança; ampliação dos serviços de perícias ambientais e do atendimento ininterrupto em Belém; a implantação de Comissões Municipais de Defesa Civil em 20 (vinte) novos municípios; a recuperação de 41(quarenta e um) hidrantes no Centro Comercial de Belém e o fomento à implantação de Grupamento de Combate a incêndios florestais.

O atual Governo assume como elemento central de sua estratégia de desenvolvimento, a parceria com o INCRA e Instituto de Terras do Pará (ITERPA), na execução do projeto de regularização fundiária. Neste contexto, ações já foram realizadas em 2007, com objetivo de manter a ordem social, principalmente nas ações provenientes de conflitos agrários que resultaram em 729 operações, na capital e no interior e em outros Estados, pelos órgãos de segurança.

É evidente que essas ações devem ser empreendidas de forma articulada e integradas entre os órgãos de segurança e justiça, que em 2007, realizaram

diversas operações relevantes e de suma importância, com destaque para a Operação “TOCANTINS” que teve como objetivo dar cumprimento aos Mandados de Reintegração e Manutenção de Posse na área de Jurisdição da Vara Agrária de Marabá, resultando na execução de 148 Mandados; e a Operação “PAZ NO CAMPO”, no Complexo Forquilha, no município de Santa Maria das Barreiras, com o objetivo de dar cumprimento aos mandados de reintegração. Além da Operação “PAZ NOS RIOS”, que combateu o tráfico de drogas, a exploração sexual infantil, o crime de meio ambiente e pirataria, na região da Ilha do Marajó.

No que se refere à modernização e reaparelhamento das unidades do Sistema de Segurança Pública, o Governo do Estado fortaleceu as unidades policiais civis e militares, dando-lhes condições de maior mobilidade policial, por meio de investimentos provenientes de recursos do Tesouro e do Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP), adquirindo diversos equipamentos de informática e de comunicação (329), 52 veículos (utilitários, carros-cela, ônibus e carros de passeio), 02 embarcações, 50 motocicletas e 60 eqüinos, estes, como reforço para o Regimento de Polícia Montada. Quanto à aquisição de munições letais e não-letais, foram aplicados recursos da ordem de R\$1,8 milhão em 2007, sempre com a preocupação de colocar na rua polícias em condições de exercer suas funções de repressão, tanto na área metropolitana como no interior do Estado.

É importante ressaltar o retorno da ação policiamento ostensivo, atividade fim da PMPA, contando com um acréscimo de aproximadamente, 50% dos policiais militares, que se encontravam à disposição de outros poderes e órgãos públicos realizando atividades-meio da instituição, agora estão na rua realizando segurança pública.

Uma nova forma de gestão descentralizada foi referendada com a implantação dos Comandos Operacionais intermediários (COInt), em cada uma das 12 Regiões de Integração do Estado, totalizando 13 COInts Regionais, pois a Região metropolitana de Belém conta com dois comandos, sendo um com circunscrição sobre a Capital e outro sobre a Região Metropolitana (RMB).

Nesta concepção foi implantada em 2007, a Coordenadoria de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), e 20 Comissões Municipais de

Defesa Civil em municípios paraenses. Ainda, a implantação de perícias ambientais no CPC Renato Chaves e a licitação de credenciamento de médicos nos municípios paraenses em que não haja peritos médicos, devendo esses, ficarem sob a supervisão do CPC Renato Chaves.

Vale ressaltar ainda a implantação de laudos emitidos pelo CPC Renato Chaves de maneira on-line, como forma de agilizar a referida ação, bem como a implantação de certificação e de assinaturas digitais.

Valorização do Policial Militar e Civil

É notório que para o exercício de poder de polícia, o profissional da área de Defesa Social, deve ser permanentemente qualificado para que exerça eficazmente suas funções e/ou atividades, mais próximos da população e sensíveis às relações sociais e interétnicas da comunidade. Para tanto o governo realizou a revisão do currículo básico integrado para agentes de segurança pública em consonância com as bases curriculares nacionais, o que demonstra a preocupação desta atual administração na formação de qualidade para seu contingente.

Desta feita, foram efetivados programas de valorização do servidor (formação, treinamento e capacitação), por meio de ações integradas e coordenadas pelo Instituto de Ensino de Segurança Pública (IESP), e com outras Instituições congêneres. Estas parcerias resultaram na formação e aperfeiçoamento de Policiais e Servidores Civis e Militares, com a realização de diversos cursos, especificando que alguns destes, foram em parceria com a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de Rondônia e do Amapá, totalizando cerca de 5.000 servidores e policiais capacitados/treinados, para a melhoria na prestação de serviços à população.

Outro programa também, teve amplo investimento na capacitação de pessoal, resultando na formação de 378 sargentos PM e 1.200 cabos PM, bem como na especialização de 13 oficiais superiores (major e tenente coronel), em “Gestão Estratégica em Defesa Social” e 35 oficiais intermediários (capitão) em Defesa Social.

É importante destacar, que esse contingente beneficiado, contou com a interiorização do IESP, com a implantação do Pólo em Santarém, promovendo a formação profissional na região, bem como a estruturação dos Núcleos de Ensino à distância, abrangendo os municípios de Paragominas, Marabá, Santarém, Redenção e Altamira.

A fim de garantir a mudança que preconiza o Governo, diante da implantação deste novo modelo de desenvolvimento e de gestão, tornou-se relevante a questão do aumento dos servidores do Sistema de Defesa Social, o qual foi incrementado com a nomeação de 131 novos Defensores Públicos, com a posse de 126 para as comarcas do interior; com a admissão de 592 novos

servidores na Polícia Civil, 55 no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e engajados 400 no Corpo de Bombeiros Militar (20 alunos oficiais e 380 soldados). A Polícia Militar realizou a seleção de 1.800 candidatos (1.700 ao Curso de Formação de Soldados e 100 ao Curso de Oficiais), para posterior efetivação, e remanejou um contingente de 683 policiais militares, que se encontravam à disposição de outros órgãos, para o policiamento ostensivo e preventivo.

Justiça e Direitos Humanos

Na perspectiva de mudança da realidade social, e no diferencial de atuação do poder público para o resgate dos direitos humanos, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), foi reestruturada, passando a atuar, também nas necessidades dos chamados grupos vulneráveis, oferecendo à sociedade uma ampla política de direitos humanos, por meio da execução de ações pautadas em programas que garantam os direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais.

É importante ressaltar, que a participação popular nos debates para a elaboração da Política Estadual de Direitos Humanos, evidenciou o resgate do controle social como princípio de atuação, além de implantar e garantir o funcionamento do Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos, debates estes, que devem ser apreendidos como ponto-alto da participação popular.

Os Programas voltados à Promoção dos Direitos Humanos e à Igualdade Étnico-Racial e Social foram concebidos com ênfase na erradicação, não só do trabalho escravo, como também, da exploração sexual infanto-juvenil e do combate ao tráfico de pessoas; no atendimento às mulheres vitimizadas; na garantia dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e outras populações tradicionais.

Ressalte-se, que em 2007, já foram atribuídas importâncias às ações como: combate à prostituição infantil em 24 municípios, com resgate de 81 menores em situação de risco que serão inseridos nos programas de inclusão social juntamente com seus familiares; implementação de Centros de Referência no Atendimento de Mulheres Vitimizadas; implantação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte no Pará (PPCAM); criação do programa “SEMENTES DA CIDADANIA” para erradicação do Sub-registro no Estado do Pará; Programa Pai Legal, para a realização de exames de DNA; Programa de Apoio à Criança e Adolescente, com a interiorização do - Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA) e o Programa “Balcão de Direitos”, com palestras, atendimento jurídico, presença de conciliadores e emissão de documentos de forma itinerante à população mais carente do interior do Estado, atingindo inclusive a população ribeirinha, esta com enorme dificuldade de deslocamento para as cidades.

Com o ingresso dos novos defensores, a Defensoria Pública passa a atuar em 106 municípios paraenses, levando assistência jurídica gratuita a milhares de cidadãos carentes. Com isso, municípios como Chaves, Currálinho e Anajás, na Ilha do Marajó, Juruti, no extremo oeste do Estado, Placas, Pacajá e Anapu, na Transamazônica, passaram a contar com a presença permanente de um Defensor Público.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

A área do Desenvolvimento Sócio-Econômico, que corresponde à Marca de Governo “Inovação Para o Desenvolvimento”, recebeu atenção especial consubstanciada nos diversos e importantes investimentos feitos na área, bem como na criação de estruturas administrativas —Órgãos, Secretarias, Fundos — que darão sustentabilidade e respaldo às Ações de Governo a serem deslanchadas nesse setor, para que possam responder ao grande desafio que se impõe para o Estado que é a mudança da matriz produtiva, por meio do estímulo de políticas de Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia & Inovação.

Para atender as diretrizes desse Novo Modelo de Desenvolvimento para o Estado do Pará, foi necessário criar órgãos específicos, que possibilitará a articulação e integração de políticas para atingir o desenvolvimento sustentável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SEDECT) Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE), Secretaria de Estado de Pesca e Aqüicultura (SEPAq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), e Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Ciência, Tecnologia e Política Industrial

A partir do entendimento de que Ciência, Tecnologia e Informação são as grandes forças propulsoras do mundo moderno, serão realizados importantes investimentos na implantação de Parques Tecnológicos, Rede Digital (infovia) e Telecentros como garantia de que esse Novo Modelo de Desenvolvimento credencia o Pará a ocupar, definitivamente, um espaço importante no cenário nacional e, sobretudo, internacional, ao combinar estratégias de diversificação da matriz produtiva com o uso sustentável e inovador dos recursos naturais, com a inclusão digital/social, e com o uso de tecnologias avançadas e inovadoras.

Neste sentido, os grandes investimentos iniciados em 2007 para a implantação de Parques Tecnológicos terão suporte orçamentário em torno de 8.200 milhões para este exercício financeiro. Ressalte-se que os Parques Tecnológicos do Tocantins e do Tapajós encontram-se com os Convênios firmados e em fase de repasse de verbas para aplicação em obras e equipamentos. Apresentamos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) projetos executivos de implantação dos Parques Tecnológicos,

sendo o PQT do Guamá já encontra em avançado estado de análise, concretizando-se a operação ainda no primeiro semestre de 2008.

Os investimentos previstos nos Parques totalizarão aproximadamente R\$ 100 (cem) milhões, sendo principalmente recursos provenientes de captação de créditos junto a organismos nacionais e internacionais. Vale frisar que grandes empresas que operam no Estado já foram contactadas para participarem na estruturação dos Parques.

O Sistema Regional de Inovação compreende, ainda, a implantação dos Sistemas de Aplicação Científica e de Inovação (CR&I), o apoio à proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual e o fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas e Metais Preciosos.

Por sua vez, o Projeto Navega Pará possibilitará a implantação de Telecentros —que são espaços abertos à população —permitindo o acesso e a inclusão digital. São ambientes voltados para ações de telemedicina, teleeducação, teleconferência, e telenegócios, equipados para oferecer cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações, serviços e oportunidades de negócios. O primeiro Telecentro de Negócios foi inaugurado no Espaço São José Liberto, tendo como linha principal de atuação a qualificação dos pequenos empresários que ali atuam. Até agosto nossa será inaugurar 37 (trinta e sete) Infocentros em diversos municípios, favorecendo a inclusão digital de nossa população.

O Navega Pará vai integrar em quatro anos, todo o Estado por meio da implantação de 1.800 quilômetros de cabos de fibra ótica, da ELETRONORTE, verdadeiras infovias interligando o interior do Pará à metrópole. Inicialmente serão interligados e terão acesso à internet e outras ações de inclusão digital: Belém, Altamira, Barcarena (Vila do Conde), Itaituba, Jacundá, Marabá, Pacajá, Rurópolis, Santa Maria, Santarém, Tailândia, Tucuruí e Uruará. Nossa meta para este ano será ligar em rede 429 (quatrocentos e vinte e nove) pontos, de escolas quanto órgãos públicos dos três poderes, além dos Infocentros e Telecentros.

Igualmente importante, será o Projeto Cidades Digitais pelo qual serão criadas nas comunidades rurais ou ribeirinhas, pequenas redes para viabilização de infocentros públicos, em cada município, com 20 computadores em cada um,

interligando via internet de alta velocidade, todos os órgãos administrativos (federais, estaduais e municipais —como hospitais, escolas e delegacias) Este projeto se constituirá nas primeiras experiências de cidades digitais do Estado.

Na área específica da política industrial, duas importantes medidas foram tomadas: a implantação do Fórum Estadual de Competitividade cuja função será organizar os esforços públicos e privados de desenvolvimento econômico e de verticalização da indústria paraense; por outro lado, iniciamos a reestruturação dos Distritos Industriais, apresentamos projetos executivos de financiamento ao BNDES, objetivando a urbanização e a oferta de serviços de telecomunicação, eletricidade e combustível nos mesmos. Com vistas a esta retomada dos Distritos Industriais, encaminharemos projeto de lei a esta egrégia casa legislativa restabelecendo a Companhia dos Distritos Industriais (CDI), algo que interessa sobremaneira nosso setor produtivo e possibilitará o alavancamento da economia paraense.

Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial

No âmbito da política de Ordenamento Territorial, e tendo como pilar a gestão unificada de ordenamento territorial e ambiental trabalhou-se no sentido de consolidar o Novo Modelo de Desenvolvimento a partir de quatro eixos:

1. ordenamento territorial —que trata da regularização e titulação de propriedades rurais;
2. ordenamento ambiental - que trabalha na consolidação do zoneamento ecológico e agroecológico, definindo áreas de aptidão competitiva para as cadeias produtivas e ordenando as unidades de conservação;
3. ordenamento da atividade florestal —que ordena a exploração florestal e madeireira enquanto fomenta o reflorestamento; e,
4. estabelecimento de cadeias produtivas sustentáveis o desenvolvimento rural sustentável por meio da concessão de certificados sociais e ambientais aos projetos sustentáveis, além do fomento ao desenvolvimento de políticas de modernização da pecuária e de novas tecnologias de carbonização.

Re-direcionamentos na política de ordenamento territorial do Estado foram necessários para dar conta desse desafio que se impôs. Neste sentido, foi criado o Programa de Ordenamento Territorial do Estado do Pará (PEOT), com a finalidade de promover o ordenamento territorial em suas

dimensões fundiária, ambiental, produtiva e florestal, estabelecer princípios, diretrizes e estratégias promovendo a articulação institucional, bem como os instrumentos de ordenamento, uso e ocupação racional e sustentável do território do Estado do Pará.

Em paralelo, foi instituído na mesma data, pelo Dec n. 691, o “Modelo do Detalhamento do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará” com o objetivo de estabelecer as diretrizes operacionais e técnicas para a gestão territorial do Estado, em vista da necessidade de se criar bases metodológicas e operacionais para subsidiar o Programa de Ordenamento Territorial do Estado do Pará (PEOT).

Em corolário, foi instituído, também em 05 de dezembro de 2007, o “Projeto Piloto para Adequação do Modelo de Gestão Territorial Integrado do Estado do Pará”, com o objetivo de estabelecer diretrizes operacionais e técnicas para a gestão territorial do Estado considerando as dimensões fundiária, ambiental, produtiva e florestal. Estabelece como procedimento de implantação e validação do modelo, o Projeto Piloto de Cadastro Georreferenciado Multifinalitário nos municípios de Almeirim, Eldorado dos Carajás, Igarapé-Açu e Parauapebas., pelo qual serão trabalhados os aspectos da regularização fundiária, do cadastro e licenciamento ambiental de imóveis, bem como de mecanismos que viabilizem a produção e a geração de renda, dentro dos princípios de sustentabilidade.

Regularização Fundiária

Com o re-direcionamento dado à política de regularização fundiária no Estado, foi possível em 2007, expedir 355 títulos de terra, distribuídos por todas as Regiões de Integração do Estado, contemplando, aproximadamente, 30 municípios. Além disso, a condução do processo de regularização de áreas quilombolas foi mudada, de forma a atender de maneira plena, ou seja, atendendo requisitos mínimos que garantam o fortalecimento e a permanência dessas comunidades. Neste sentido, foi selecionada uma comunidade quilombola do município de Cametá, como experiência piloto desse novo processo, na qual foram realizados estudos preliminares, arranjos institucionais, atividades de mobilização social, levantamento topográfico cadastral, coleta de informação gráfica (mapas) coleta de informação literal (dados do imóvel e do ocupante), atividades de regularização fundiária para expedição de título de áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, além de indenizações e restituições de intrusões em áreas quilombolas do Estado.

Agropecuária

O setor agropecuário do Estado, por sua vez, deu importante salto qualitativo no decorrer de 2007, o que lhes garantiu aumento substancial na distribuição de recursos para 2008. O esvaziamento institucional porque passou a SAGRI ao longo de décadas, cedeu lugar a uma instituição renovada, enxuta, com missão, objetivos e metas bem definidos o que possibilitou retomar seu papel de coordenadora do setor público agropecuário. Seu orçamento atual (100% maior em relação a 2007), hospeda importante demanda da sociedade —a patrulha mecanizada— que permitirá a modernização da agricultura familiar, entendida como um processo de construção de soluções que permitam ao produtor adotar tecnologias para incremento das suas produções agropecuárias, dentro dos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico.

O trabalho de assistência técnica e extensão rural extremamente complexo e de grande importância para o desenvolvimento das comunidades rurais, careceu também de atenção especial, no sentido de fortalecer a estrutura institucional do órgão responsável, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), o que ocorreu mediante a realização de um trabalho de reformulação de suas ações e metas, feito com a participação de produtores rurais, o que lhe confere maior credibilidade e validade, e lhe garantiu um orçamento 54% maior que em 2007. Em 2008 a EMATER responderá também por importantes demandas das plenárias municipais - fortalecimento da agricultura familiar - com a realização de trabalhos de assistência técnica e extensão rural em todas as regiões de integração do Estado.

A Febre Aftosa, como é do conhecimento de todos, é um problema mundial que afeta quase todos os continentes. Seu impacto não atinge apenas a economia do Estado, mas também a nacional e internacional, porquanto afeta a diversos países, no qual o comércio com o exterior e a estabilidade dependem diretamente da confiabilidade dos alimentos de origem animal, que devem ser oriundos de animais isentos desta enfermidade, demonstrando a estreita relação que existe entre saúde pública, o ambiente e o bem estar sócio-econômico. Representa, portanto, importante ameaça para o bem estar da população, pois além de afetar a saúde e o bem estar, diminui a

produtividade dos rebanhos e reduz a disponibilidade de alimentos protéicos para o consumo humano.

Permanecer livre da febre aftosa, manter o mercado internacional aberto para a comercialização da carne produzida no Estado e garantir à população a oferta de alimento seguro é tarefa hercúlea e um desafio que o Pará vem vencendo com a realização de importante trabalho de conscientização do produtor, além da vacinação, controle e fiscalização sobre os rebanhos, realizado pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

Em 2007 foram assistidas 103.735 propriedades, nas quais, além da realização de duas etapas de vacinação contra a febre aftosa, foi realizado importante trabalho de atualização cadastral e cadastramento com georreferenciamento das propriedades pecuárias, além de georreferenciamento das propriedades rurais de risco. No quesito inspeção da produção foram inspecionados 174 estabelecimentos, com ações de controle periódico de produtos de origem animal, ações de combate a unidades clandestinas de processamento de produtos e sub-produtos de origem animal, além do registro de estabelecimentos industriais e de rotulagem de produtos, de forma a assegurar a legalização das indústrias de processamento e de garantir a qualidade sanitária dos alimentos. A ação de vigilância fitossanitária, por sua vez, garantiu a prevenção e controle de pragas na agricultura estadual, com a assistência técnica a 5.765 propriedades por meio de ações de: controle e erradicação da Sigatoka Negra —conferindo ao Estado o status de “área livre”; monitoramento e controle da Mosca da Carambola; erradicação da Fusariose do Abacaxi; e ações de controle e combate da Mosca Negra dos Citros.

Atividade Pesqueira

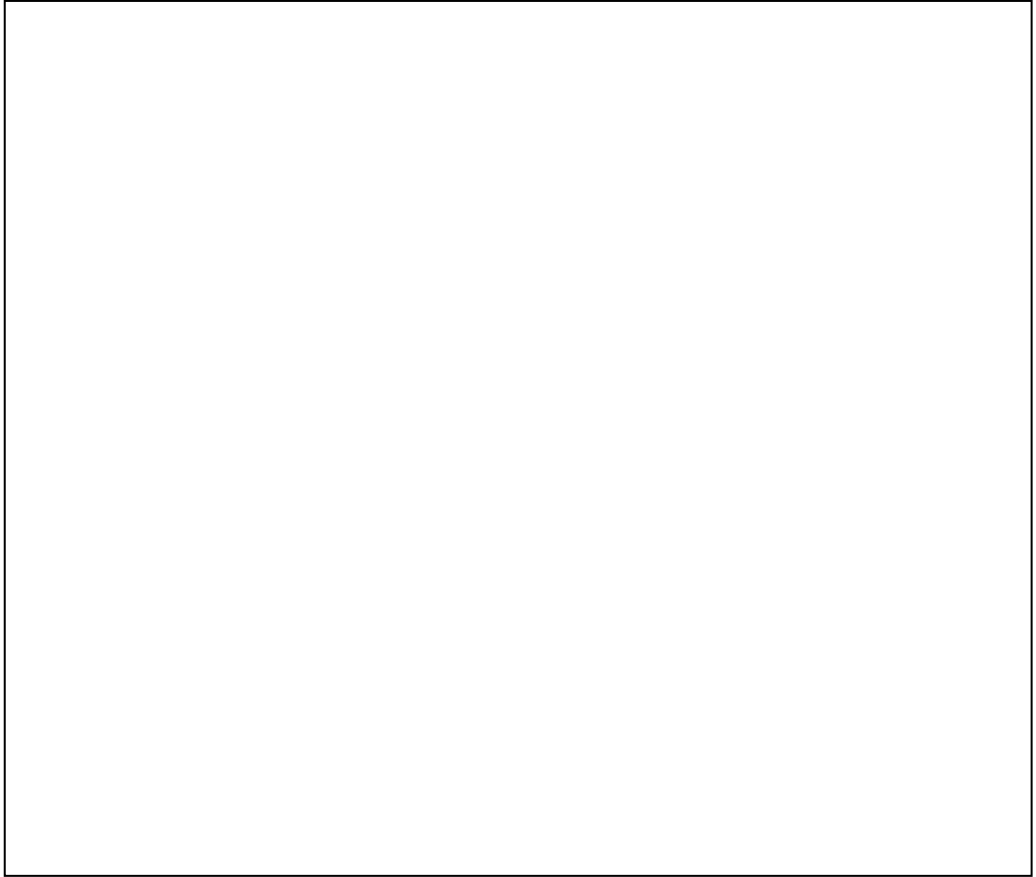
O setor pesqueiro do Estado, recebeu importante reforço com a criação da Secretaria de Pesca e Aqüicultura (SEPAq) em julho de 2007, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividade pesqueira e aqüícola, organizando a produção, o beneficiamento, a estocagem e a comercialização do pescado e produtos aqüícolas no Estado do Pará.

A SEPAq vem respondendo positivamente ao desafio imposto, com ações iniciais de estruturação do setor como a elaboração de diagnóstico técnico pesqueiro e aqüícola do Estado, indispensável ao planejamento e gestão eficiente, mediante contrato com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujos resultados serão divulgados à sociedade em junho de 2008.

Com vistas a dar condições de comercialização do pescado ao segmento artesanal, foram investidos recursos na melhoria de infra-estruturas de portos de desembarque pesqueiro, localizados nos municípios de Belém, Santarém, Vigia, Bragança e Tucuruí. Com o mesmo espírito, foram viabilizados recursos por meio de Convênio, com as Prefeituras Municipais de Bragança, Santarém, Óbidos e Juruti.

Pelo programa integrado de capacitação para fomento da pesca e da aqüicultura, foi possível realizar investimentos na reforma das estações de alevinagem de Curuçá, Terra Alta e Santarém, as quais estão voltadas para a atualização e capacitação de técnicos extensionistas, pescadores e produtores aqüícolas.

Em 2007, os recursos investidos na área do Desenvolvimento Sócio-Econômico somaram R\$307,5 milhões, um esforço que o Estado fez na estruturação do Novo Modelo de Desenvolvimento do Estado. Somente em despesas de capital, os investimentos feitos ultrapassaram 166% em relação à mesma despesa do ano anterior, o que demonstra que esta área é, de fato, prioridade deste Governo.



INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE

Programas de Governo voltados para a redução dos desequilíbrios entre os municípios paraenses, por meio da implementação de melhorias da infraestrutura em transporte, saneamento, habitação e a implementação de projetos com vistas a promoção do desenvolvimento urbano e regional, somente serão viabilizados com a participação dos diversos atores governamentais — União, Estado e município - e da iniciativa privada.

Desse modo, o Governo do Estado propôs um conjunto de metas infra-estruturais de impacto para o desenvolvimento e a elevação da qualidade de vida da população paraense, articulando junto às instituições financeiras internas e externas como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Médio Crédito Centrale e Corporação Andina de Fomento (CAF), no sentido de agilizar as operações de crédito já vigentes e operacionalizar novos financiamentos, uma vez que a capacidade de endividamento do Estado permite a formalização desses contratos.

Em estreito diálogo com o Governo Federal, investimentos estruturantes foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio de obras essenciais que atendem a uma demanda de longas décadas de cidadãos residentes em várias regiões no território paraense e, principalmente, daqueles que contribuem na atividade econômica no Estado do Pará e necessitam de infra-estrutura adequada de apoio para a implementação de suas operações.

A pavimentação das rodovias Santarém/Cuiabá - BR-163 e Transamazônica - BR-230, a construção das Eclusas de Tucuruí e da UHE de Belo Monte, a ampliação de portos e a implantação das linhas de transmissão de energia elétrica para os municípios da Calha Norte representam investimentos na ordem de 50 bilhões. O plano de obras que integra o PAC nomeia, também, outros projetos de menor investimento, mas de considerável impacto, como é o caso da construção de terminais hidroviários em municípios ribeirinhos com deficiência desse equipamento. São investimentos que estão sendo priorizados e que contribuirão com a atividade produtiva e econômica desses municípios paraenses.

Além desse conjunto de obras relevantes, serão destinados R\$970 milhões para as obras do PAC Urbanização e Saneamento de Favelas nos próximos quatro anos, cuja execução é de responsabilidade do governo estadual, com a participação de prefeituras municipais como Belém e Santarém. As obras de saneamento básico e habitação serão implementadas nas cidades de Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Marabá, Santarém, Bagre e Nova Esperança do Piriá. A previsão é que 1,8 milhão de pessoas sejam beneficiadas e 270 mil empregos entre diretos e indiretos sejam gerados pelas obras de saneamento e urbanismo no Estado, por intermédio dos 29 projetos definidos pelo governo, que terão início em fevereiro de 2008.

Desses projetos, destacam-se dois grandes empreendimentos com obras previstas para início de 2008: a 2ª etapa de macrodrenagem e urbanização da bacia do Tucunduba, em Belém, e o projeto de urbanização, do bairro Francisco Coelho, mais conhecido como “Cabelo Seco”, em Marabá. No projeto do igarapé Tucunduba serão investidos R\$55 milhões, atingindo aproximadamente 4 mil famílias dos bairros da Terra FirmeMarco, Canudos e Guamá e na urbanização do “Cabelo Seco”, outros R\$14,2 milhões beneficiarão 3,7 mil famílias que residem no bairro Centenário, na velha Marabá.

Desde o lançamento do PAC pelo Governo Federal foi criada uma força tarefa no estado para garantir a gestão do programa, nos segmentos saneamento e habitação. Para tanto, foi criada a Unidade Gestora do PAC, com a responsabilidade de agilizar todo o processo que envolve o conjunto de obras prioritizadas, monitorando, fiscalizando e avaliando a sua implementação, bem como, prestando contas à sociedade sobre o andamento dos projetos. Com isso, se pretende confirmar a posição do Pará como uma das unidades federativas mais bem aquinhoadas pelo PAC no norte do país.

Caminhos da Parceria

O investimento realizado pelo Governo do Estado no setor transporte em 2007, possibilitou a recuperação de importantes corredores rodoviários como o da PA-254, que interliga os municípios da Calha Norte, na margem esquerda do rio Amazonas. Foram cerca de 300km de estradas em revestimento primário e pontes de madeira recuperadas, tornando o tráfego de pessoas e bens mais seguro e beneficiando diretamente os municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Prainha, além das localidades situadas nas vicinias de acesso à rodovia. Outros importantes eixos viários recuperados foram a Alça Viária e a rodovia PA-150, com intervenções em vários trechos precários que prejudicavam o deslocamento da população e a circulação de produtos das regiões.

A intervenção do Governo do Estado no modal rodoviário foi favorecida pela parceria realizada com instituições financeiras, com contrapartida estadual. O BNDES financiou contratos de pavimentação asfáltica e substituição de pontes de madeira de sete rodovias estaduais, com extensão total de 365km. Ao término de todo esse conjunto de obras, serão atendidas as regiões de integração do Araguaia, Baixo Amazonas, Xingu, Marajó e Guamá, com recurso total em torno de R\$229,00 milhões, com destaque para as rodovias PA-279 (Xinguara/São Félix); PA-370 (Santarém/Curuá-Una); PA-431 (Entr. BR-163/Mojuí dos Campos) —em conclusão - e PA-415 (Altamira/Vitória do Xingu) - já inaugurada -. A PA-415 é de importância estratégica para a região do Xingu, pela ligação do porto fluvial de Vitória do Xingu com Belém, Macapá e Manaus e, principalmente por integrar definitivamente o médio e baixo Xingu com a rodovia Transamazônica, a ser pavimentada pelo Governo Federal.

Com o BID, vai ser recuperado o pavimento asfáltico da rodovia PA-256 (Paragominas/Rio Capim), da PA-151 (Mocajuba/Baião) e da ligação da Alça Viária com a PA-252, denominada Perna Sul, de grande importância para a economia do Estado. As obras envolvem, também, a construção das pontes de concreto situadas nessas estradas.

O Governo do Estado está direcionando esforços para a recuperação da rodovia PA-150, principal vetor rodoviário estadual, cujos trabalhos estão sendo

realizados em vários trechos ao longo de sua extensão de mais de 700km. Mais de 40km dessa rodovia já foi restaurado com asfalto de boa qualidade, devendo ser direcionado recursos de aproximadamente 50 milhões, até a conclusão dessa obra.

Cabe ainda informar, que o governo estadual por meio do financiamento com o Banco Mediocredito Centrale, executará um conjunto de pontes em concreto, substituindo o lento e muitas das vezes inseguro transporte existente em travessias por uma alternativa de tráfego mais contínuo e rápido. Outras pontes deverão ser feitas em substituição às pontes de madeira que possuem grandes extensões. Um desses investimentos previstos para iniciar em 2008 é a construção da ponte em concreto sobre o Rio Fresco, na rodovia PA-279.

Desse modo, o Governo do Estado desenvolve um plano de obras de pavimentação e recuperação asfáltica em importantes rodovias estaduais, que representa um investimento em torno de R\$500 milhões. Quando concluído irá beneficiar várias regiões do Estado, conforme quadro a seguir:

Investimentos em Rodovias Estaduais - 2007

Rodovia	Região de Integração	Estágio
PA-415 (Altamira/Vitória do Xingu)	Xingu	Concluída
PA-431 (Entr. BR-163/Mojuí dos Campos)	Baixo Amazonas	Concluída
PA-279 (Xinguara/Água Azul do Norte)	Araguaia	Concluída
PA-370 (Santarém/Curuá-Una)	Baixo Amazonas	Andamento
PA-320/PA-242 (Castanhal/S. Francisco/Igarapé Açu)	Guamá	Andamento
PA-256 (Paragominas/Rio Capim)	Rio Capim	Andamento
PA-154 (Camará/Cachoeira do Arari)	Marajó	Andamento
PA-451 (Quatro Bocas/Tomé-Açu)	Rio Capim	Andamento
PA-395 (Magalhães Barata/Cafezal)	Guamá	Andamento
PA-396 (Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari)	Marajó	Andamento
PA-279 (Tucumã/São Félix do Xingu)	Araguaia	A iniciar
Ligação Alça Viária/PA-252 - Perna Sul	Tocantins	A iniciar
PA-151 (Mocajuba/Baião)	Tocantins	A iniciar
PA-124 (Capitão Poço/Nova Esperança do Piriá)	Rio Capim	A iniciar

Fonte: SETRAN

Elaboração:SEPOF/DIPLAN

Ressalte-se, também, as parcerias realizadas junto às prefeituras municipais e empresas privadas na realização do programa de investimento em estradas vicinais. No sul do Pará, o governo estadual e municípios como Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Pau D'arco e Banach, estão recuperando estradas onde existe grande produção agropecuária.

Assim, foram recuperadas rodovias de localidades como Bela Vista e Bambu, no município de Floresta do Araguaia, um dos maiores produtores nacional de abacaxi; Vila Mandi, por onde passa a Rodovia do Boi, estratégica para o transporte do boi em pé que sai da região, em Santana do Araguaia. Somente nessa estrada, de 120 Km, estão sendo recuperadas 14 pontes que somadas ultrapassam 400 metros de extensão. Os fazendeiros, prefeitura e comunidade colaboram com a obra que irá custar aproximadamente R\$1,3 milhão. Em Santa Maria das Barreiras vem sendo trabalhada a vicinal do projeto de assentamento de famílias que praticam a agricultura familiar.

Na região do oeste paraense, em 2008, serão iniciados os trabalhos de recuperação das rodovias Transgarimpeira e a Transuruará, em parceria com as prefeituras locais, que se responsabilizaram pela recuperação das pontes de madeira.

Já no nordeste paraense, destaque para as parcerias com os municípios de Tracuateua, Santa Luzia, Capanema, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte, Capitão Poço, Peixe Boi, dentre outras, visando a recuperação de cerca de 400 km de vicinais. A região Carajás também realizou parceria com o Governo do Estado para a recuperação de estradas vicinais, reconstrução de pontes, favorecendo a interligação de toda a região.

No modal de transporte hidroviário, a atual gestão investiu na ampliação do complexo hidroviário da cidade de Vitória do Xingu, com estação de passageiro, trapiche, flutuante, calçada e guarda corpo, posto que metade da população da região é formada por ribeirinhos. O município de S. Sebastião da Boa Vista foi atendido com um terminal de passageiros que será entregue no início de 2008.

São projetos que valorizam o modal de transporte hidroviário, oferecendo condições para que a população que reside em municípios ribeirinhos desenvolva suas atividades com mais segurança e conforto, além de apoiar o potencial turístico da região. Para 2008 está previsto a realização de obras em Bagre, Igarapé Miri, Porto de Moz, Baião e Colares.

De forma integrada e complementar ao esforço de promover o atendimento à população no uso do transporte multimodal, foram desenvolvidos projetos executivos para construção de terminais de passageiros e

melhoramento e construção de pistas de pouso, pátio e demais obras necessárias ao bom funcionamento dos aeródromos de 15 municípios paraenses. Em Almeirim e Alenquer já foram iniciados os serviços de restauração de pistas de pouso/decolagem, pista de táxi, pátio de aeronaves, acesso e estacionamento.

Com o objetivo de criar uma estratégia de infra-estrutura de transporte capaz de oferecer condições de desenvolvimento econômico e social para o Estado, o governo estadual e o Ministério de Transportes lançaram o Plano Estadual de Logística e Transporte (PNLT) no Pará. O plano abrange os três modais de transporte (rodoviário, hidroviário e aeroviário) e tem a finalidade de promover e orientar o planejamento das ações de transportes como um grupo integrado de desenvolvimento.

Todos os avanços e as implantações das obras priorizadas no PNLT serão pautados na oferta e na demanda de cada região, sempre embasadas cientificamente, respeitando os limites sociais e ambientais locais. O projeto resulta de um processo permanente, participativo, integrado e interinstitucional, tendo a participação dos setores representativos da economia paraense, além de associações, federações e usuários de transportes.

Do investimento de 273,47 milhões, previstos inicialmente para a infra-estrutura de transporte no Orçamento Estadual de 2007, foram executados R\$219,04 milhões, dos quais 12,34% representam o volume de recursos aplicados na manutenção da malha rodoviária. Essa ação, paralela à de recuperação e pavimentação das rodovias, manteve 97% das estradas estaduais entre bom e regular estado de conservação.

Habitação

Os projetos realizados no setor habitacional têm como objetivo reduzir o déficit e a inadequação habitacional, garantindo o acesso à moradia digna às famílias de baixa renda e servidores públicos. Em 2007 foram concluídas as seguintes obras: Loteamento Residencial Tenoné II —2ª fase, em Belém; Residencial Aloísio Chaves I, em Belém e Residencial Paulo Fonteles em Ananindeua, com um total de 1.050 unidades habitacionais construídas.

Houve a implantação de infra-estrutura básica no Loteamento Residencial Paracurí I, em Belém, com um total de 472 lotes urbanizados e no Loteamento Residencial Tenoné II - 2ª fase, com um total de 737 lotes urbanizados. Outras seis obras de infra-estrutura estão em andamento nos municípios de: Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará, cujo término previsto para 2008 possibilitará o atendimento de 2.319 famílias com renda de até 3 salários mínimos.

Investimentos Habitacionais – 2007

Empreendimento	Município	Lote Urban.	Unidade Habit.	Estágio
INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ÁREAS OCUPADAS/NOVOS LOTEAMENTOS Loteam. Resid. Paracuri I	Belém	472	-	Concluído
CONSTRUÇÃO DE CONJ. HABITACIONAIS FAMÍLIAS COM RENDA DE 6 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS Residencial Aloysio Chaves I	Belém		100	Concluído
INFRA-ESTRUTURA PARA CONSTRUÇÃO DE CONJ. HABITACIONAIS - FAMÍLIAS COM RENDA DE 3 A 6 SALÁRIOS MÍNIMOS Residencial Paulo Fonteles I	Ananindeua	-	264	Concluído
CONSTRUÇÃO DE CONJ. HABITACIONAIS FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS				
Lot. Res. Jardim Albatroz I e II	Marituba	382	-	Andamento
Lot. Res. Jardim dos Pardais	Marituba	420	-	Andamento
Lot. Res. Jardim das Juritis I e II	Benevides	712	-	Andamento
Lot. Res. Jardim das Andorinhas	Stª Bárbara	221	-	Andamento
Lot. Res. Jardim das Garças	Stª Izabel	584	-	Andamento
Loteam. Resid. Tenoné II 2ª Fase	Belém	737	686	Concluído
Total		3.528	1.050	

Fonte: COHAB/PA

Elaboração:SEPOF/DIPLAN

Fazendo parte do programa habitacional, a implantação do Cheque Moradia, cujo objetivo é o de melhorar as condições de habitabilidade de famílias com comprovada situação de necessidade, foi restrita ao atendimento de forma especial a 108 pessoas de 24 famílias que perderam casas e bens em incêndios, nos Bairro do Guamá e do

Jurunas, no município de Belém. Com isso, o Governo do Estado contribui para que famílias que sofreram perdas de suas moradias em sinistros possam recomeçar imediatamente suas vidas. Neste exercício, buscou-se estudar maneiras de ampliar o programa Cheque Moradia, bem como de revisar os mecanismos de monitoramento, para que a população, a partir de 2008, possa usufruir dessa alternativa social para morar de maneira mais digna.

Ainda na área de habitação, foi criado o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS) e Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), com o objetivo de implementar políticas habitacionais e de regularização fundiária urbana direcionadas à população de menor renda, voltadas à redução do déficit habitacional.

Desenvolvimento Urbano

Uma outra ação voltada para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população do Pará vem sendo implementada pelo Governo do Estado em parceria com o BID, por meio da implementação do Programa Pará Urbe, que, em 2007, aplicou recursos na ordem de 29 milhões.

Em 2007, foram concluídas 25 obras urbanas em 23 municípios de 10 Regiões de Integração. São equipamentos como biblioteca, terminal hidroviário, creches, feiras/mercados, escolas, ginásios poliesportivos, laboratório de informática, drenagem pluvial, etc. Outros investimentos, como a urbanização da orla de Conceição do Araguaia, já foram iniciados, ressaltando que todas essas obras representam uma prioridade apontada pela população do município a ser beneficiado, que se manifestou em assembleias e identificou obras que visam melhorar a sua qualidade de vida.

Convém destacar o projeto do Pólo Moveleiro Regional de Paragominas, de significativa importância para a economia da região do Rio Capim, destinado ao atendimento de produtores de móveis dos municípios de Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Aurora do Pará, Ulianópolis e Paragominas. Este empreendimento foi concluído em 2007 e deverá gerar crescimento na arrecadação tributária do município, bem como aumento da renda de pequenos moveleiros e trabalhadores de outros setores da economia, com uma estimativa de 3.500 empregos diretos e indiretos.

Vale destacar, ainda, o apoio dado pelo Governo do Estado aos municípios na Elaboração de seus Planos de Desenvolvimento Municipal, totalizando 118 municípios com planos diretores aprovados, bem como na realização de investimentos em 25 equipamentos urbanos municipais, beneficiando a população de 10 Regiões de Integração com obras como a construção de: biblioteca, terminal hidroviário, creches, feiras/mercados, escolas, ginásios poliesportivos, laboratório de informática, drenagem pluvial, etc.

Água para Todos

O grande desafio de ampliar o atendimento de água em todos os municípios do Estado, foi fundamentado no Programa Água para Todos, cuja execução iniciou em 2007. Parcerias importantes vêm sendo efetivadas com a União - FUNASA e CEF -, com entidades como a Cáritas Metropolitana de Belém, além da inclusão de projetos relevantes no PAC.

A parceria com a Cáritas Metropolitana de Belém permitiu o desenvolvimento de sistemas alternativos que consistem em captar água da chuva em reservatórios, além de purificá-la por meio de exposição ao sol. A 1ª etapa do projeto visa atender cerca de 500 moradores de comunidades ribeirinhas localizadas na região das Ilhas, em Belém, com a implantação de 98 sistemas de captação. Investimentos na ordem de R\$290 mil foram realizados, representando cerca de R\$600/morador. A conclusão das obras está prevista para o início de 2008.

Integrando o conjunto de obras do Programa Pará Urbe foi implantado no bairro Atlântico, em Salinópolis, o sistema de abastecimento de água que beneficiará 978 famílias com água tratada e de qualidade, além de receberem unidades sanitárias em seus imóveis.

Com relação aos investimentos decorrentes de contratos com a CEF, as obras que beneficiarão os municípios de Belém, Castanhal, Marabá e Santarém encontram-se em andamento. São obras de ampliação: da Estação de Tratamento de Água (ETA) Bolonha e Guamá, da captação Guamá, do sistema de abastecimento de água da Zona de Expansão e do sistema de esgotamento dos bairros IPASEP, Coqueiro e Bengui, em Belém e dos sistemas de água em Castanhal, Marabá e Santarém. Com relação aos sistemas de água nos municípios de Altamira, Marituba e Ananindeua, os projetos foram desenvolvidos e as obras terão início em 2008. São investimentos que somam mais de 187 milhões.

Destaque também para as obras que beneficiarão com oferta de água de boa qualidade os municípios de Novo Repartimento, Uruará, Oriximiná, Santana do Araguaia e Ananindeua, com previsão de término em 2008.

Energia

Ações significativas na área de energia elétrica foram encaminhadas, destacando-se a assinatura de um Termo de Compromisso entre os Governos Federal e Estadual e a CELPA, para implantação de um programa visando a interligação do sistema elétrico do Arquipélago do Marajó ao de Tucuruí, a partir de 2008, com previsão de investimento na ordem de 360 milhões e o atendimento a uma demanda reprimida estimada em 61 mil novas ligações. Esse programa contribuirá com o meio ambiente em virtude da desativação das 15 usinas dieselétricas, em funcionamento naquele Arquipélago, que queimam, em média, 34 milhões de litros de óleo diesel/ano, ao custo estimado de 82 milhões/ano.

POLÍTICAS DE GESTÃO

O Governo da atual administração vem construindo, a partir de 2007, um novo modelo de gestão, alicerçado no Modelo de Desenvolvimento para o Estado, do qual a tônica principal é a reestruturação administrativa, a responsabilidade fiscal e o controle das contas públicas.

Os resultados já podem ser vislumbrados, por meio do crescimento da arrecadação da receita estadual, o que reflete em mais serviços à população. Um dos fatores que tem permitido o crescimento da receita pública, é o investimento em tecnologia da informação, campanhas educativas e em capacitação de servidores do fisco estadual, como agentes disseminadores de conscientização junto à população, da necessidade de se exigir o cupom fiscal. A formação de disseminadores atingiu, em 2007, 34.368 alunos. O Pará ficou em quarto lugar no ranking dos Estados que treinaram maior número de disseminadores em educação Fiscal. O crescimento do número de treinados no Pará cresceu 93% ficando atrás do Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás.

Equilíbrio das Finanças Públicas

O tributo que merece destaque é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que em 2007, alcançou o patamar de R\$3,6 bilhões, sendo fundamental para a elevação dos recursos próprios do Estado, que nesse período registrou o montante de R\$4,9 bilhões, representando 63,57% da receita total do Estado, que foi de R\$7,6 bilhões, já excluídos cerca de R\$868 milhões destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Receita Própria, Tributária e Arrecadação de ICMS —2002/2007
IPCA - médio/2007 R\$ milhões

CRONOGRAMA

Fonte: Balanço Geral do Estado 2007 —Informações preliminares

O nível de arrecadação do ICMS poderia ter alcançado, em 2007, níveis mais elevados, entretanto com a entrada em vigor do Simples Nacional, ocorreu uma perda tributária de cerca de 130 milhões, além disso, e já sob uma ótica de buscar a efetivação de uma política tributária com justiça social, cerca de 500 mil famílias, aproximadamente, 3 milhões de cidadãos paraenses, com faixa de consumo de até 100 kw, ficaram isentos de pagamento de ICMS, na conta de energia elétrica, o que produziu uma redução de arrecadação de 24 milhões.

A transferência de Recursos da União ao Estado, apresentou em 2007, um crescimento real de 8,61%, em relação ao exercício de 2006, alcançando cerca de R\$ 3,5 bilhões, somente o Fundo de Participação dos Estados (FPE), contribuiu com 64,65%.

Além dos recursos próprios e transferidos, em 2007, o tesouro estadual conseguiu captar no mercado financeiro um volume de recursos de operações de crédito de R\$108 milhões, o que poderia ser muito mais expressivo, uma vez que o Estado possui extensa margem, tanto de capacidade de endividamento como de pagamento. Entretanto, devido aos problemas causados pelo déficit primário e deficiência financeira em 2006, e, conseqüente descumprimento do programa de ajuste fiscal, foi necessário o aval do ministério da fazenda para que, não só as operações em execução fossem liberadas, como também às pleiteadas pelo novo Governo abrissem o processo de negociação.

Gastos Públicos

Com relação aos gastos públicos, devido à situação fiscal crítica que se apresentou no início do exercício, foi necessário estabelecer um forte contingenciamento orçamentário, como também foi fundamental criar mecanismos que permitissem o controle e melhoria de aplicação dos recursos públicos, o que vem sendo operacionalizado pela junta de Coordenação Orçamentária e Financeira.

Além disso, devido o expressivo montante de Restos a Pagar, oriundo de 2006, no valor de 174 milhões, sem cobertura financeira, houve necessidade de executar um coerente cronograma de pagamento desses valores, para que a execução orçamentária de 2007 e a qualidade dos serviços

de saúde, educação e segurança pública essenciais à população não tivessem sua qualidade comprometida.

Deste modo, a partir de julho de 2007, começou efetuar as quitações, e ao final do exercício, cerca de 80% dos gastos realizados e não pagos em 2006, já tinham sido efetivados.

Indicadores Fiscais

Os indicadores fiscais de 2007, ainda que preliminares, registram o sucesso da atual administração em busca do equilíbrio das finanças públicas estaduais.

O resultado primário deverá alcançar cerca de R\$300 milhões, bem superior à meta estabelecida no programa de ajuste fiscal para esse exercício que é de 155 milhões. Tal volume de recursos permitirá maior poder de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no sentido de ampliar a margem de captação de operações de crédito, fundamentais para implementar a elevação do nível de investimento, criar condições mínimas de alteração da matriz produtiva capaz de promover o desenvolvimento econômico com justiça social.

Além do Resultado Primário positivo, e acima da meta, as condições favoráveis de endividamento reforçam a saúde fiscal das contas públicas do Estado do Pará. O quadro a seguir demonstra declínio do nível da dívida do Estado, o que amplia a margem de captação de recursos de operações de crédito, além disso, devido o crescimento da receita e o pagamento, sem acúmulo de resíduos, do serviço da dívida, vem permitindo um declínio dos patamares de recursos destinados a esse fim.

Nível de Endividamento e de Pagamento do Serviço da Dívida Estadual 2002 - 2007

Áreas	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Endividamento	0,67	0,68	0,66	0,56	0,50	0,45
Pagamento	4,5	4,33	5,46	4,43	4,21	3,98

Fonte: Programa de Ajuste Fiscal (PAF)
2007- Informações preliminares

Contribuinte Cidadão

O Programa REGULAR, programa de recuperação do crédito tributário foi obtido 2.500 adesões, arrecadando cerca de 125 milhões aos cofres públicos, a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), oferece meios para que as empresas regularizem débitos relacionados ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), além de multas e acréscimos legais vencidos até 31 de dezembro de 2006, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados. Estas empresas totalmente regularizadas encontram-se aptas a participar de qualquer processo de concorrência licitatório, inclusive aqueles alusivos às obras constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como forma de alavancar ainda mais essa política, foi lançado o IPVA Cidadão, que reduz o imposto para bons motoristas, tornando-se uma forma de estimular a cidadania. A partir de 2008, o proprietário de veículo automotor que estiver pelo menos um ano sem multas de trânsito, vai receber desconto no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 10% para quem estiver um ano sem multas e 15% para quem estiver dois anos, desde que o pagamento seja antecipado.

O cadastro sincronizado foi implantado, integrando totalmente os cadastros da SEFA, Receita Federal do Brasil e do município de Belém, possibilitando maior rapidez no atendimento e controle da atuação do contribuinte.

Esse ambiente cria a base para a excelência da gestão pública por meio do aumento da eficiência e eficácia dos mecanismos gerenciais com políticas públicas que atendam com resolutividade as demandas da população, através do fortalecimento da articulação institucional nos diferentes níveis de governo para minimização de recursos e excelência de serviços.

Reforma Administrativa

A visão estratégica do novo modelo de gestão é implementar a reforma administrativa, um novo arranjo institucional que permitirá contribuir para uma

administração mais célere e dinâmica , bem como para um sistema integrado de políticas públicas.

Neste contexto e para melhor operacionalizar as políticas públicas, em 2007, foram realizadas readequações de algumas estruturas organizacional da administração estadual, criando, extinguindo e adaptando órgãos para assumirem funções setoriais, até então não implementadas.

Desse modo, e a partir do novo modelo de desenvolvimento para o Estado do Pará, foi instituída a reforma administrativa com a extinção das Secretarias Especiais de Governo: Secretarias de Estado de Governo; de Gestão; de Integração Regional; de Produção; de Defesa Social; de Proteção Social e de Promoção Social, substituído por conselhos de secretários, organizados em seis câmaras setoriais: Câmara Setorial de Gestão; Infra-Estrutura e Transporte; Políticas Sociais; Políticas Sócio-Culturais; Defesa Social e Desenvolvimento Sócioeconômico.

Com essa nova estrutura, optou-se pela gestão coletiva e pactuada dos programas de governo. O novo modelo de gestão pública moderna requer o envolvimento de todos os dirigentes para maior eficácia do governo. Assim, em 2007, foram criadas oito Secretarias de Estado, tendo a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), uma estrutura que orienta as seis câmaras setoriais, cuja finalidade institucional é de coordenar as diretrizes gerais estabelecidas pelo governo, e a articulação entre as várias instâncias da Administração Pública.

Vinculada a esta Secretaria está a Coordenação de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (CIDS), com a missão de formular, coordenar, e executar a política estadual de cooperação internacional, com vistas a estabelecer relações fraternas e produtivas com atores internacionais, a partir dos interesses prioritários do Estado, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Este novo modelo exigiu a atual administração reestruturar setores considerados prioritários para o desenvolvimento sócio-econômico ambientalmente sustentável, com a criação de instituições aptas para articular, organizar e formular políticas públicas, buscando parcerias com instituições privadas e prefeituras municipais, mudando o padrão até, então, existente no Estado. Destarte, foram criados:

- SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA): responsável pela Política de Meio Ambiente, especificamente no controle e qualidade ambiental; licenciamento ambiental e recursos hídricos, entre outros.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEDECT): criada para unir ciência e tecnologia e desenvolvimento, no sentido de promover uma competitividade baseada no conhecimento e uma exploração ambientalmente mais qualificada dos recursos naturais.
- SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (SEIR): criada para atuar no território paraense, com o objetivo de formular e coordenar políticas públicas para combater as desigualdades regionais existente, bem como para ser capaz de incentivar a descentralização administrativa, um dos principais compromissos do atual governo.
- SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA (SETER): secretaria responsável pelas políticas públicas capazes de gerar renda a partir do fomento às atividades produtivas do Estado.
- SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDES): secretaria instituída para atuar de forma eficaz e especializada na promoção de políticas de assistência social.
- SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA (SEPAq): secretaria criada para trabalhar de forma mais efetiva no incentivo a pesca artesanal e industrial.
- SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO (SECOM): criada para planejar e executar a política de comunicação do governo, que deve atuar além das formas convencionais de fazer comunicação.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DOROTHY STANG (IDEFLOR): instituto criado para coordenar a política florestal do Pará, sendo estabelecida novas regras para que a atividade extrativista seja exercida em bases sustentáveis.
- FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO PARÁ (FAPESPA): fundação criada para fomentar pesquisas de interesse, do Estado, para atingir o desenvolvimento sustentável.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP): instituto voltado para a realização de pesquisas que servem de base para estudo na reconstrução da capacidade de planejar e criar mecanismos para a elaboração de cenários

macroeconômicos, bem como coordenar o detalhamento do Zoneamento Ecológico -Econômico do Pará.

Reconstrução do Planejamento

A grande conquista na área da gestão foi a implementação de um novo modelo de gestão, democrático, descentralizado e participativo, executado na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que incorporou à sua metodologia a consulta à sociedade, por meio das plenárias regionais, realizadas inicialmente nas 12 regiões de integração: Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Araguaia, Carajás, Lago Tucuruí, Rio Capim, Caetés, Tocantins, Marajó, Guamá e Metropolitana de Belém e em seguida nas Assembléias Municipais abrangendo os 143 municípios do Estado. As prioridades de cada município e de cada região foram debatidas com a participação de aproximadamente 80 mil pessoas, que discutiram temas específicos: segurança pública; direitos humanos; infra-estrutura e transporte; políticas sociais; políticas sócio-culturais, englobando as áreas de educação, cultura, esporte e lazer; desenvolvimento econômico; integração regional e gestão.

O Planejamento Territorial Participativo (PTP) foi uma ferramenta utilizada para incluir a participação popular na elaboração do PPA, o que se estenderá aos demais ciclos do planejamento, execução; avaliação e a revisão das ações e das políticas públicas executadas pelos órgãos da administração pública estadual nas diversas regiões do Estado.

As plenárias tiveram como objetivo, principal discutir com a população as políticas públicas diferenciadas por região, bem como a destinação dos recursos do PPA, identificando a princípio as prioridades para aquela região, de modo a compatibilizar as propostas de Governo com os interesses da população.

A partir do PTP, e das propostas do governo, construiu-se os Programas prioritários para as 12(doze) regiões de integração do Estado. Desse modo, aproximadamente 85% das demandas advindas do PTP, foram incluídas no PPA 2008-2011. Em uma perspectiva, para 2008, o Governo visa consolidar o novo modelo de gestão, participativo e democrático, por meio das ações do PTP com suas audiências públicas, fóruns de debates e ouvidorias, e a atuação dos conselhos municipais constituídos.

Inovação Tecnológica

A proposta de um sistema estadual de inovação deve ser também para o fortalecimento das condições de competitividade das microempresas e de empresas de pequeno porte, cooperativas, associações e o estímulo à criação de novos empreendimentos.

Em novembro de 2007, foi inaugurado o primeiro Telecentro do Estado, no Espaço São José Liberto. É um ambiente voltado para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e a distância, informações, serviços e oportunidades de negócios, principalmente para pequenos empreendedores. Os Telecentros vão funcionar como uma plataforma de negócios, permitindo que empresários paraenses se capacitem e realizem negócios com empresas de outros Estados e até do exterior. O projeto dos Telecentros é uma parceria entre a Secretaria da Fazenda (SEFA), SEDECT e a Empresa de Processamento de Dados do Pará (PRODEPA), como parte do Projeto Navega Pará.

A busca de maior eficácia leva à utilização de métodos modernos de gestão e à ênfase em recursos baseados na tecnologia de informação. Como meio de intensificar o avanço tecnológico do Estado, foi criado o Navega Pará, maior programa de inclusão digital do Brasil, para viabilizar ações como tele-educação e tele-negócios por intermédio de internet de alta velocidade em todos os órgãos do Estado. Mais uma vez o Governo do Pará trata a área de tecnologia e Informação como importante ferramenta de gestão e disponibiliza para todos os setores de atuação do Estado.

Dentro de sua característica de conduta ética e legal, combatente a atos de malversação do erário, o Estado lançou o "Portal da Transparência" (site www.age.pa.gov.br/TransparenciaPara), mais um canal de comunicação e participação popular, além de importante instrumento de combate à corrupção.

Valorização do Servidor Público.

Dentro de sua intenção de melhor capacitar e valorizar seus servidores, foram incorporadas gratificações por desempenho. E, por meio da Escola de Governo do Pará (EGPA), foi ofertado cerca de 260 cursos de capacitação que atenderam 7.832 servidores públicos da região metropolitana e 8.288 servidores

dos 12 municípios pólos. Nesta lógica, foram realizados, ainda, 11 cursos de especialização, ministrados na capital e no interior, atendendo a 497 servidores. Em 2008 será promovido um grande censo que objetivará o conhecimento do perfil do servidor do Estado, além da realização de ações de valorização direta do servidor, principalmente no que se refere a saúde e bem estar do servidor estadual.

Na mesma esteira de melhorar o serviço público, o Estado contou com a profícua e diligente atuação da Assembléia Legislativa do Estado na aprovação da criação de aproximadamente 25 mil vagas, que serão preenchidas no decorrer da atual gestão, principalmente em áreas essenciais, como saúde e educação, os quais estão sendo ofertados através de uma grande ação de concursos, forma democrática e legal de acesso ao emprego público, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Número de Concurso Homologados e Nomeação 2004 - 2007

Especificação	2004	2005	2006	2007
Nº Concursos Homologados	7	7	14	8
Nº Nomeados por Concurso	2.456	5.500	2.918	6.117

FONTE: SEAD

ELABORAÇÃO: SEPOF/DIPLAN

Número de Servidor Público Estadual Ativo do Pará por Habitante 2004 – 2007

Especificação	2004	2005	2006	2007
Nº Concursos Homologados	7	7	14	8
Nº Nomeados por Concurso	2.456	5.500	2.918	6.117

FONTE: SEAD

ELABORAÇÃO: SEPOF/DIPLAN

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

FOTOS: Agência Pará – Antônio Silva, Carlos Sodré, Cláudio Santos, David Alves, Elcimar Neves, Eliseu Dias, Érika Nunes, Eunice Pinto, Flávya Mutran, Lucivaldo Sena, Rodolfo Oliveira e arquivo SECOM.

